

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Minas Gerais é um Estado central no território nacional, faz fronteira com seis outros estados (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia). Esta é uma característica física extremamente favorável ao seu desenvolvimento. Dito de outro modo, a falta de comunicação com o mar é compensada pela proximidade com outros centros econômicos importantes.

Quanto às características político-administrativas, distinguem-se 12 mesorregiões e 66 microrregiões, de acordo com definições do IBGE (Mapa 2). O extenso território abriga 853 municípios – com destaque para a capital com mais de 2 milhões de habitantes, a quarta entre as capitais brasileiras. Merece menção a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, onde se localiza a capital e a cidade de Ouro Preto – transformada em Patrimônio Cultural da Humanidade. Demais formas de regionalização são pertinentes a outros enfoques. Por exemplo, a região Nordeste mineira integra a área da Sudene, pois lá persistem os mesmos problemas do Nordeste do país. Há também áreas especiais, como as cinco reservas indígenas, que abrigam mais de 6.000 índios, e áreas de preservação ambiental, sobretudo parques nacionais, estaduais e municipais⁹.

No relevo do território mineiro, identifica-se uma grande proporção de terras altas, bem como chapadas e planícies, caracterizando-se em uma área bastante acidentada. A hidrografia constitui um aspecto privilegiado de Minas Gerais. Devido ao terreno acidentado, o estado possui excelentes condições para a exploração hidroelétrica. Além disso, a existência de inúmeras quedas d'água constitui potencial para o lazer e o turismo. As bacias mais importantes são as dos rios São Francisco e Paraná.

O clima do Estado, apesar de bastante variado, pode ser considerado bom, sem ocorrência de extremos: ao norte predomina o clima tropical semi-árido, com secas prolongadas; no centro-sul, o clima é o tropical semi-úmido, com verões chuvosos; e nas regiões mais altas, o clima tropical de altitude é caracterizado por temperaturas baixas.

⁹ *Perfil de Minas Gerais*. CBMM – Fundação João Pinheiro, 1999.

Mapa 2

Divisão Administrativa
Estado de Minas Gerais
2000



Fonte: IBGE

De modo geral, as características físicas do Estado – abundantes recursos naturais, em especial do subsolo – contribuíram para o início do seu desenvolvimento, que teve como base a mineração e a agricultura de subsistência. Com o declínio da mineração, a agropecuária se desenvolveu e, a partir dos anos 50, a indústria passou a ter relevância na estrutura econômica de Minas Gerais. O aspecto mais importante da economia mineira, nas últimas décadas, foi a transformação de uma economia essencialmente agrícola para a industrial.

O período de declínio iniciado em 1980 foi interrompido primeiramente pela indústria. Desde 1984, a economia voltou a crescer ancorada no setor industrial – sobretudo nos segmentos da automobilística, siderurgia e construção civil. A indústria tem sido também o grande interesse dos investidores. Os segmentos tradicionais, tais como siderurgia, têxtil e cimento, continuam recebendo aplicações – assim como material de transporte, produtos alimentares e eletrônicos. Este processo de expansão da indústria mineira tem sido reforçado recentemente pela duplicação da Rodovia Fernão Dias, representando uma significativa contribuição para a industrialização no sul do Estado.

Hoje, a economia mineira é bastante desenvolvida, com uma agropecuária moderna e um parque industrial diversificado. Algumas atividades e produtos do Estado destacam-se no mercado nacional e no mundial, como por exemplo, o rebanho bovino mineiro – que corresponde a 10% do total brasileiro –, o café e o minério de ferro. Nos últimos anos, observa-se que a indústria manteve sua participação na economia estadual (em torno de 39% do PIB), a agricultura apresentou estabilidade e os serviços cresceram.

Ao contrário do que ocorre em outros Estados, o governo de Minas Gerais tem hoje uma modesta política de incentivos fiscais.¹⁰ Os incentivos deixaram de ser considerados como aspecto mais importante na política de desenvolvimento do Estado. Considera-se que os fatores de atração para as indústrias com interesse em se instalar ou ampliar seus negócios no Estado estão relacionados à infra-estrutura existente, ao perfil da mão-de-obra e à qualidade de vida no Estado.

¹⁰ Nos anos 70, o governo mineiro participava do capital da Fiat, há vários anos deixou de participar. O grupo Fiat faturou R\$ 8 bilhões, contra 7,2 bilhões de receita estadual.

A principal característica da economia regional mineira é a heterogeneidade. O tipo de atividade predominante em cada região permite identificar um Estado com várias regiões bem distintas. Em Minas Gerais – que possui 12 mesorregiões – podem ser identificadas seis regiões bem definidas:¹¹ Metropolitana de Belo Horizonte; Vale do Rio Doce; Triângulo Mineiro; Sul-Sudoeste; Sudeste de Minas; Centro-Norte do Estado (Mapa 1). Essa regionalização, apresentada no capítulo anterior e no Mapa 1, foi proposta pela Fundação Seade para apresentar os resultados da Paer.

O centro econômico e político-administrativo do Estado está na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, que agrega 100 municípios e oito microrregiões. A região destaca-se, sobretudo, pela produção industrial, incluindo indústria de transformação, mineração, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.¹²

O parque industrial da região é diversificado: predominam os ramos da metalurgia, têxtil, alimentar, minerais não-metálicos, material de transporte, extração mineral e siderurgia. No setor automotivo, a empresa que se destaca é a Fiat. Outro segmento importante é o de eletrônica e informática. Belo Horizonte concentra 65% das indústrias deste setor, principalmente constituído de pequenas e médias empresas. Contudo, o grande destaque nesta região é a atividade mineradora-industrial, com empresas modernas e de grande porte, como a Vale do Rio Doce, a Belgo Mineira, a Minerações Brasileiras Reunidas e a Açominas.

O setor terciário também possui relevância na região, tanto pelos fatores associados à dinâmica da indústria como pela demanda dos serviços sociais e pessoais relacionados à densidade populacional de uma metrópole. O setor agropecuário, ao contrário, é praticamente inexistente na região, com exceção do município de Conceição do Mato Dentro, onde há produção manual de queijo.

A região do Vale do Rio Doce apresenta grande contraste interno, com duas áreas bem distintas: uma industrializada, com elevado nível de crescimento; e outra estagnada. A primeira corresponde à Região Metropolitana do Vale do

¹¹ Conforme regionalização proposta pela Paer.

¹² Nesur-IE/Unicamp. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Campinas. Relatórios 4 e 6, junho de 1998.

Aço (formada pelos municípios de Ipatinga, Santana do Paraíso, Coronel Fabriciano e Timóteo) e ao município de Governador Valadares.

Esta área ficou conhecida como Vale do Aço porque a produção siderúrgica promoveu a sua estruturação e o desenvolvimento econômico. Os municípios desta região cresceram muito nas décadas de 50, 60 e 70. A economia tornou-se dependente de poucas empresas de grande porte que se instalaram aí neste período, destacando-se as seguintes empresas: Cenibra, Usinec, Usiminas e Acesita.

Como a dinâmica deste segmento está muito voltada à “exportação” para regiões mais industrializadas e grandes mercados, o impacto do crescimento desta indústria na região foi menor do que o esperado. As áreas estagnadas estão baseadas em baixa produtividade e na monocultura de eucalipto, com graves impactos ambientais.

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem seu crescimento econômico vinculado ao Estado de São Paulo e à agroindústria moderna. Há duas dinâmicas a serem destacadas. A primeira está relacionada ao Triângulo, que teve seu desenvolvimento ligado ao Estado de São Paulo em dois momentos distintos: expansão da fronteira agrícola e desconcentração do parque industrial paulista. Na região destaca-se a produção de soja, milho, cana de açúcar, arroz e grande variedade de frutas – o solo e o clima favorecem a cultura com práticas modernas. Além disto, há um significativo rebanho bovino e criação de aves, bem como uma importante indústria de fertilizantes. A segunda dinâmica refere-se ao Alto Paranaíba, cujo crescimento está relacionado à modernização da agricultura e à industrialização, descartando-se a produção de fertilizantes e a agroindústria.

A região Sul-Sudoeste é a segunda em importância econômica no Estado. O café constituiu-se em base de crescimento da região durante muitos anos. Esta área também rica em recursos naturais.

Um fator de desenvolvimento recente da região é a duplicação da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Para dimensionar a importância da rodovia, cabe observar que pelos 473 km que perfazem o trecho mineiro, circulam 3 milhões de toneladas de produção agrícola e importante parcela da produção de ferro gusa do país. Além dos frutos que a

duplicação da rodovia vem gerando, o próprio empreendimento já significa um investimento brutal em infra-estrutura, com um custo total estimado em US\$1,2 bilhão.

Como parte deste processo, o município de Varginha está sendo considerado o novo “eldorado” de Minas. O Indi – Instituto de Desenvolvimento Industrial, órgão estadual por onde passa a maior parte dos candidatos a realizar negócios em Minas, contabilizou 140 novos projetos industriais para esta região desde 1994, totalizando US\$ 2,3 bilhões em investimentos diretos e geração de 29 mil empregos. O sul de Minas tornou-se uma importante área de desenvolvimento recente, até porque tem uma localização privilegiada – é uma área central entre Rio de Janeiro, São Paulo e o resto do Estado de Minas Gerais. Em 1997, os projetos aprovados pelo Conselho de Industrialização para o sul somavam R\$ 183 milhões – metade do valor para o total do Estado.

Outras vantagens comparativas da região correspondem à presença de sindicatos menos fortes e à oferta de mão-de-obra qualificada, com custo até 30% menor do que em São Paulo. A questão locacional foi o principal atrativo para as empresas Wallita e Standart (do setor de autopeças) se instalarem em Varginha e para a ANC se fixar em Extrema.

Outras empresas já estão há mais tempo na região: Danone, Alcoa, e Ferrero Rocher, em Poços de Caldas; Helibrás e Cofap, em Itajubá; Metagal, em Santa Rita do Sapucaí; e Renolds Latasa e Refinações de Milho Brasil, em Pouso Alegre. A Akros, fabricante de tubos de PVC, também instalou-se em Extrema. Em Três Corações, já estava a unidade da TRW, produtora de autopeças para a Fiat automóveis. Este município receberá ainda R\$ 20 milhões em investimentos relacionados a uma indústria produtora de copos. Santa Rita do Sapucaí também abriga a PWM, fabricante de baterias para celulares.¹³

Os reflexos da duplicação da Rodovia Fernão Dias também se estendem para o setor agrícola. As fazendas existentes na região são hoje, na maioria, produtivas. Predomina a cafeicultura, responsável por 23% da produção agropecuária mineira.

¹³ *Gazeta Mercantil*. Balanço Anual – 1998.

Há também o Vale da Eletrônica em Santa Rita do Sapucaí. Com 35 mil habitantes, o município abriga 60 empresas de pequeno e médio portes, com faturamento de R\$ 100 milhões por ano. Destacam-se as empresas fornecedoras de equipamentos para a Nec e a Ericsson. Algumas destas empresas são líderes no setor em que atuam. Por exemplo, a PWM fabrica 25% dos 4 milhões de carregadores de bateria para telefones celulares produzidos no país. Outra empresa, a Linear, é líder em sistemas de transmissão de sinais de televisão e satélites.

Itajubá e Santa Rita do Sapucaí são as principais cidades do pólo tecnológico do sul de Minas. A BR 459 liga o município de Lorena, no Estado de São Paulo, a Poços de Caldas, passando por Itajubá, Santa Rita do Sapucaí e Pouso Alegre. O projeto do pólo é desenvolver este “eixo” com produção tecnológica. Esta proposta surgiu na Efei - Escola Federal de Engenharia de Itajubá, município que possui cinco faculdades e, por isso, foi identificado como a cidade apropriada para se tornar um centro de desenvolvimento tecnológico no Estado – que enfrenta ainda como restrição o Estado de conservação da rodovia BR 459. Em Itajubá, localizam-se a Neurotec, empresa ligada ao ramo da biomedicina, que produz *software* para mapeamento cerebral, a Helibrás, única fabricante de helicópteros no Brasil, e a Imbel, produtora de material bélico. Há também empresas de autopeças, de componentes elétricos e de cabos e de fibras ópticas.

O setor agropecuário, que foi a base do desenvolvimento econômico da região, continua sendo bastante importante. Destacam-se a pecuária leiteira e o cultivo de café (próximo ao município de Varginha). Outras atividades da região são as culturas de laranja, milho, alho, arroz, cana, batata e uva. Em Varginha, o café ainda responde por 50% da economia – em que pese o desenvolvimento recente da indústria. Este município, com 120 mil habitantes, comemorou, em 1998, a chegada da Wallita, que trouxe mais seis empresas - seus fornecedores. Para o crescimento da cidade, contribuem alguns fatores: duplicação da Fernão Dias; o aeroporto (com vôos diários); o porto seco; e a mão-de-obra qualificada.

Como parte da região Sul-Sudoeste definida pela PAER, cabe destacar também a mesorregião Oeste (assim definida pelo IBGE). O Oeste do Estado

tem, em vários aspectos, características semelhantes à estrutura econômica da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A indústria é fortemente centrada na produção de bens intermediários. E a indústria de alimentos e bebidas é um dos principais fatores de dinamismo da região.

A principal microrregião do Oeste de Minas é Divinópolis, que possui um parque industrial diversificado. Destacam-se a siderurgia – a principal atividade econômica –, alimentos e têxtil. As empresas mais importantes são: Destilaria Santa Ignez, Cervejaria Kaiser, Refrigerantes Minas Gerais, Siderúrgica Pains e Siderúrgica Santo Antônio.

A Zona da Mata é uma região que se caracteriza pelo declínio econômico: em 1985, era a terceira região em importância econômica no Estado, passando, em 1995, para a quinta colocação. O setor agropecuário reduziu sua participação no Estado. Hoje, a economia local caracteriza-se pela ausência de modernização e pela baixa produtividade nas culturas de café, cana-de-açúcar e arroz. Mesmo não sendo muito expressivos, os setores industriais existentes na região são: têxtil, vestuário, calçados e produtos alimentícios.

Nesta região, o município de Juiz de Fora deve ser analisado em separado. Isto porque possui infra-estrutura urbana, mão-de-obra qualificada, terrenos a baixo custo e um distrito industrial. Destacam-se o setor siderúrgico (Belgo Mineira) e a metalurgia do zinco (CPM). Há, ademais, uma grande expectativa de início e um novo ciclo de desenvolvimento regional a partir da inauguração de fábrica da montadora de automóveis Mercedes Benz, em 1999. Outra microrregião que merece destaque é Ubá, considerada um grande pólo moveleiro do país.

A região Centro-Norte, assim definida pela Paer, inclui cinco mesorregiões (Noroeste, Norte, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, e Central Mineira) e três microrregiões (Sete Lagoas, Conceição do Mato Dentro; e Pará de Minas). Esta grande região caracteriza-se por uma menor expressão econômica em comparação com as demais áreas do Estado.

Na mesorregião Noroeste de Minas, predomina a agropecuária. Para o desenvolvimento recente da região, contribuiu também a implantação de indústrias de grande porte nos ramos de extração mineral e siderurgia. A região vem passando por transformações, com a pecuária extensiva e o

carvoejamento cedendo lugar à produção de grãos em escala comercial (arroz, feijão, milho e soja). Associado a isto, vem ocorrendo a implantação de indústrias que beneficiam os grãos produzidos na região.

No Centro-Norte de Minas Gerais, são consideradas áreas estagnadas as mesorregiões Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte. Nesta última, predominam a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Como atividade ligada à pecuária extensiva, verifica-se a presença de empresas frigoríficas e de processadores de couro. Montes Claros é o município onde tem se concentrado a maior parte dos novos investimentos.

As mesorregiões do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri são as mais pobres do Estado. A agropecuária caracteriza-se pela pecuária de corte e uma agricultura de alimentos básicos. O setor industrial é inexpressivo. Teófilo Otoni é a única cidade da região com algum atrativo para novos investimentos, pois possui uma base de infra-estrutura montada e plantas relevantes, como a sede da Nestlé e Cotoches.

Indicadores

A caracterização da economia mineira anteriormente descrita pode ser evidenciada pelos principais indicadores referentes ao Estado. Isto inclui tanto os que mostram a estrutura da economia – os dados do Produto Interno Bruto (PIB) – como os que auxiliam na compreensão de dinâmicas mais específicas, como aquelas relacionadas a emprego e ocupações. Como indicadores auxiliares, serão utilizados: o número de empregados e o de estabelecimentos – provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho –; e o pessoal ocupado segundo tipo de ocupação, utilizando-se informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – do IBGE. Além disso, a previsão dos investimentos é indicada pelos dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

Para o período de 1997 a 2000, a previsão de investimento na indústria de transformação do Estado era de cerca de 12 bilhões de dólares. Seriam privilegiados os setores de metalurgia básica (29,35%), veículos automotores, reboques e carroceria (19,93%), extração de minerais metálicos (14,09%) e produtos alimentícios e bebidas (12,39%) (Tabela13).

Tabela 13
Previsão dos Investimentos na Indústria de Transformação (1)
Estado de Minas Gerais
1997/2000

	Valor (US\$ Milhão)	%	% no Total da Região Sudeste
Total	12.219,70	100,0	20,5
Extração de Minerais Metálicos	1.544,00	14,1	46,3
Produtos Alimentícios e Bebidas	2.166,90	12,4	25,5
Produtos do Fumo	480,00	1,1	24,3
Produtos Têxteis	822,60	5,4	33,5
Artigos de Vestuário e Acessórios	17,30	0,2	100,0
Madeira	200,00	1,8	44,2
Celulose, Papel e Produtos de Papel	392,10	6,7	21,6
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	25,00	0,2	13,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool	204,50	1,9	41,4
Produtos Químicos	885,00	2,9	2,1
Artigos de Borracha e Plástico	60,00	0,5	6,8
Produtos de Minerais Não-Metálicos	349,50	1,5	5,3
Metalurgia Básica	2.432,90	29,3	36,1
Produtos de Metal (exclusive Máquinas e Equipamentos)	150,50	1,4	13,5
Máquinas e Equipamentos	20,70	0,2	1,3
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	65,20	0,4	8,0
Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	2.403,50	19,9	31,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

(1) Valor igual ou superior a US\$ 5 milhões.

A economia mineira tem grande expressão no âmbito nacional. Em 1998, o PIB mineiro participava com cerca de 10% do PIB brasileiro. É a terceira economia do país, depois de São Paulo (37%) e Rio de Janeiro (11%). O PIB de Minas Gerais contribuía com 16,5% do PIB total da região Sudeste.

Na participação de cada um dos grandes setores da economia mineira no total setorial da região Sudeste, destaca-se a agropecuária, que representa cerca de 1/3 do total. A indústria e o setor de serviços têm, respectivamente, 18% e 13% de participação no Sudeste (Tabela 14).

Tabela 14

Participação do PIB de Minas Gerais no Total do PIB da Região Sudeste, segundo Setores de Atividade Econômica
1985-90-85-98

Setores de Atividade Econômica	Em porcentagem			
	1985	1990	1995	1998
Agropecuária	36,2	36,5	34,6	35,6
Indústria	13,2	15,5	17,2	17,9
Indústria Geral	9,5	8,1	8,5	9,4
Construção Civil	33,1	39,4	39,0	33,9
Serviços Industriais de Utilidade Pública	26,2	26,7	27,7	26,2
Serviços	15,5	13,5	13,8	13,4
Comércio	17,6	17,7	17,4	17,1
Transportes	19,4	17,5	18,8	18,2
Comunicações	12,8	12,4	13,9	14,1
Instituição Financeira	15,5	9,7	8,2	8,1
Administração Pública	14,8	13,9	15,6	16,0
Aluguéis	13,9	15,1	12,4	11,6
Outros Serviços	13,6	13,4	13,4	12,9
Subtotal	15,9	15,3	16,3	16,1
Dummy Financeira	15,5	9,7	8,2	8,1
PIB a Custo de Fatores	16,0	16,3	16,8	16,5

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-98.

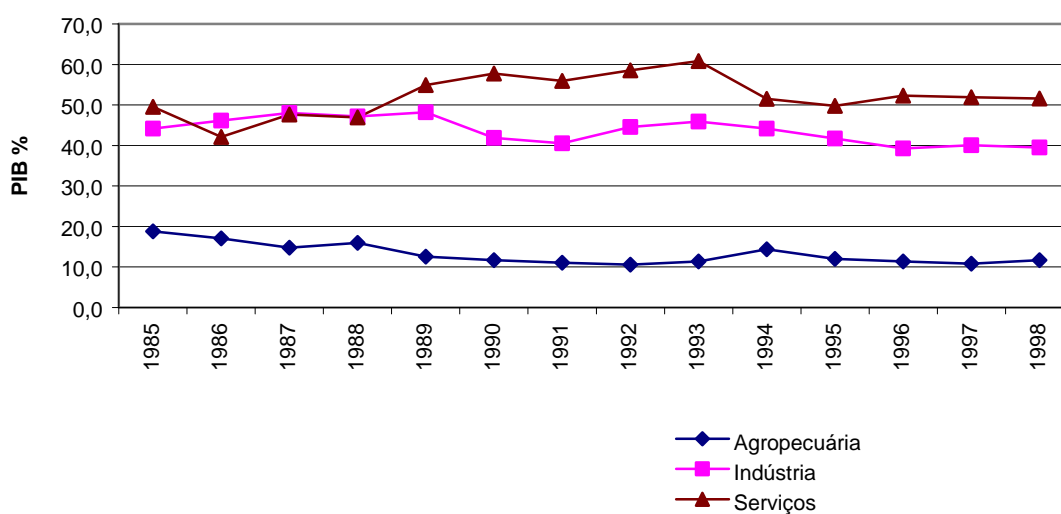
Tabela 15
Estrutura do PIB a Custo de Fatores, segundo Setores de Atividade Econômica
Estado de Minas Gerais
1985-98

Em porcentagem															
Setores de Atividade Econômica	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
Agropecuária	18,8	17,0	14,7	16,0	12,6	11,7	11,0	10,6	11,4	14,3	12,0	11,4	10,8	11,7	
Indústria	44,1	46,1	48,0	47,2	48,2	41,9	40,5	44,5	45,9	44,2	41,7	39,3	40,1	39,5	
Indústria Geral	26,1	23,7	21,1	23,3	22,0	16,2	17,6	20,5	19,4	16,2	14,3	13,5	14,2	13,1	
Construção Civil	13,9	18,4	21,0	19,1	22,1	21,4	19,2	19,4	21,5	23,4	23,4	21,8	21,9	22,3	
Serviço Industrial de Utilidade Pública	4,1	4,0	5,9	4,7	4,1	4,3	3,7	4,6	4,9	4,5	4,0	4,0	3,9	4,1	
Serviços	49,6	42,1	47,6	46,9	54,9	57,8	56,0	58,5	60,8	51,5	49,8	52,3	51,9	51,6	
Comércio	9,7	8,9	7,8	8,1	9,8	10,1	8,9	7,9	8,3	8,1	7,9	7,0	7,0	6,2	
Transportes	5,7	5,2	4,9	5,4	5,9	4,7	4,6	4,6	4,4	4,2	4,1	3,8	4,0	3,6	
Comunicações	1,0	1,0	0,9	1,1	1,2	1,1	1,0	1,2	1,4	1,1	1,3	1,7	1,9	2,3	
Instituições Financeiras	12,3	5,5	10,6	10,0	15,6	11,6	8,0	14,3	18,7	10,9	4,1	3,6	3,4	3,4	
Adm. Públicas	6,3	5,8	6,5	7,0	8,0	14,1	12,5	11,7	11,8	12,2	13,7	13,7	12,9	13,5	
Aluguéis	3,5	4,9	6,4	4,4	3,4	6,4	10,6	8,6	5,7	5,7	8,8	12,0	12,6	12,7	
Outros Serviços	11,2	10,8	10,5	11,0	10,9	9,8	10,3	10,3	10,5	9,3	9,9	10,6	10,2	10,0	
Subtotal	112,5	105,2	110,4	110,0	115,7	111,4	107,5	113,6	118,1	110,0	103,5	102,9	102,8	102,8	
Dummy Financeira	-12,5	-5,2	-10,4	-10,0	-15,7	-11,4	-7,5	-13,6	-18,1	-10,0	-3,5	-2,9	-2,8	-2,8	
PIB a Custo de Fatores	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-98.

Segundo os dados referentes ao PIB de 1998, a economia mineira possuía a seguinte estrutura: o setor de serviços contribui com 51,6% do PIB total do Estado; a indústria, com 39,5%; e a agropecuária, com 11,7% (Tabela 15). Entre 1985 e 1998, houve pequeno crescimento na participação relativa dos serviços (de 49,6% para 51,6%, no período) e diminuição na agropecuária, que passou de 18,8%, em 1985, para 11,7%, em 1998 (Gráfico 1).

Gráfico 1
Evolução da Estrutura do PIB
Estado de Minas Gerais
1995-98



Fonte: Ipea; Fundação Seade.

A complexidade das atividades hoje existentes requer uma análise da economia além daquela referente aos três grandes setores. As mudanças ocorridas na economia ampliaram a gama de atividades, sobretudo aquelas relacionadas aos serviços. Este setor, que possui o maior peso na economia, é constituído por atividades bastante distintas. Destacam-se os aluguéis, com expressiva participação de 12,7% no PIB total – especialmente porque incluem os aluguéis imputados –, e a administração pública, que contribui com 13,5% da economia do Estado, em 1998 (Tabela 15). De fato, este item tem grande peso em quase todos os Estados.

O item denominado “Outros Serviços” contribui com 10% do PIB do Estado, englobando serviços extremamente distintos, como alojamento e alimentação, serviços prestados principalmente às empresas – informática inclusive –, serviços privados de educação e saúde, entre outros. Na indústria, o segmento

mais expressivo é a construção civil, com 22,3% do PIB. A indústria geral (transformação e extrativa) representa 13,1% do PIB (Tabela 15).

A economia mineira tornou-se menos agrícola: a participação do setor agropecuário no PIB vem diminuindo, passando de 18,8%, em 1985, para 11,7%, em 1998. Na indústria, o aumento mais significativo ocorreu na construção civil, cuja participação no PIB total do Estado passou de 13,9% para 22,3%, entre 1985 e 1998, que recebe o impacto dos grandes empreendimentos em infra-estrutura, em especial a duplicação da Rodovia Fernão Dias.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE, indicam variações na população ocupada. Entre 1992 e 1997, o número de ocupados na área urbana aumentou de forma mais acentuada nos serviços auxiliares (9,7%), na indústria da construção (3,0%) e no comércio (3,1%). De modo geral, as ocupações ligadas aos serviços são as que mais cresceram, exceto a administração pública, que apresentou queda de 0,7%.

Na área metropolitana, verifica-se, para os serviços, movimento semelhante ao observado para o total do Estado, enquanto o comércio e a construção apresentam crescimento menor. Nas áreas urbanas não metropolitanas, o aumento do número de empregados foi mais acentuado nos serviços auxiliares (10,1%) e na indústria da construção (3,7%) (Tabela 16).

O emprego formal em Minas Gerais aumentou 21,2% entre 1986 e 1997, de acordo com os dados da Rais/MTb (Tabela 17). Os setores onde o emprego com carteira de trabalho assinada mais cresceu foram a agricultura, o comércio e os serviços industriais de utilidade pública. O número de estabelecimentos elevou-se mais que proporcionalmente ao emprego. Isto pode estar associado a dois fatores: redução do grau de informalidade nas relações de trabalho, principalmente no campo; menor absorção de mão-de-obra, como decorrência da introdução de tecnologia e mudanças organizacionais, especialmente nas empresas de grande porte; e aumento do número de microempresas.

Tabela 16
População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residentes em Áreas Urbanas, segundo
Ramos de Atividade
Estado de Minas Gerais
1992-98

Áreas Ramos de Atividade	Em 1.000 Pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 (% a.a.)
Total da Área Urbana	4.441	4.650	4.877	5.040	5.126	5.065	2,4 ***
Indústria de Transformação	725	775	743	761	796	788	1,1 *
Indústria da Construção	438	423	449	503	526	482	3,0 **
Outras Atividades Industriais	92	109	96	85	104	91	-1,0
Comércio de Mercadorias	718	768	821	857	870	852	3,1 ***
Prestação de Serviços	1.190	1.243	1.308	1.345	1.393	1.351	2,4 ***
Serviços Auxiliares	155	161	232	231	234	269	9,7 ***
Transporte ou Comunicação	234	255	273	274	259	277	2,2 **
Serviços Sociais	526	551	577	619	610	613	2,7 ***
Administração Pública	256	262	280	262	244	250	-0,7
Outras Atividades	107	102	99	103	91	92	-2,5 ***
Área Metropolitana	1.321	1.396	1.510	1.523	1.548	1.530	2,6 ***
Indústria de Transformação	224	242	238	226	270	235	1,2
Indústria da Construção	137	135	139	146	151	142	1,4 **
Outras Atividades Industriais	25	29	22	23	26	19	-4,3 *
Comércio de Mercadorias	198	223	233	230	237	231	2,3 **
Prestação de Serviços	344	353	398	405	401	407	3,1 ***
Serviços Auxiliares	63	70	99	99	96	108	9,2 ***
Transporte ou Comunicação	74	79	99	77	78	97	2,7
Serviços Sociais	141	150	166	195	179	188	5,2 ***
Administração Pública	66	69	69	74	70	62	-0,3
Outras Atividades	49	47	47	49	40	41	-2,8 **
Área Não-Metropolitana	3.120	3.254	3.367	3.517	3.579	3.535	2,3 ***
Indústria de Transformação	501	533	504	535	526	553	1,1 *
Indústria da Construção	301	289	309	357	375	340	3,7 ***
Outras Atividades Industriais	67	80	74	62	78	72	0,1
Comércio de Mercadorias	520	546	588	627	634	621	3,4 ***
Prestação de Serviços	845	890	910	940	992	945	2,2 ***
Serviços Auxiliares	92	91	134	132	138	161	10,1 ***
Transporte ou Comunicação	160	176	175	197	181	180	1,9 *
Serviços Sociais	385	401	411	425	431	424	1,8 ***
Administração Pública	190	193	210	188	174	188	-0,9
Outras Atividades	58	55	52	54	50	51	-2,3 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.Janeiro/2000.

(***, **, *) Indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A estrutura do emprego formal, em 1997, indica uma grande concentração de empregados na administração pública (20,5% do total dos empregados no Estado) e no comércio varejista (12,7%). No período de 1995 a 1997, os segmentos que apresentaram maior crescimento no emprego foram a indústria de material de transporte (35,5%), a indústria de madeira e mobiliário (22,5%), a indústria química (24,2%), o comércio varejista (15,6%) e os serviços de alojamento (16,2%) (Tabela 18).

Tabela 17
 Número de Estabelecimentos e de Pessoal Ocupado, segundo Setores de Atividade
 Econômica
 Estado de Minas Gerais
 1986–1997

Setores de Atividade	1986		1997		1997/1986 (%)	
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O
Total	149.277	2.096.236	277.408	2.541.557	85,8	21,2
Extrativa Mineral	926	40.807	1.408	29.049	52,1	-28,8
Indústria de Transformação	18.991	458.547	28.472	478.401	49,9	4,3
Serviços Industriais de Utilidade Pública	423	28.116	712	36.992	68,3	31,6
Construção Civil	2.033	149.526	18.881	164.166	828,7	9,8
Comércio	49.167	269.202	89.116	385.522	81,3	43,2
Serviços	75.903	1.109.785	78.710	1.251.799	3,7	12,8
Agricultura (inclusive Silvicultura, Criação Animais, Extração Vegetal e Pesca)	1.191	33.311	59.205	193.069	4871,0	479,6
Outros	643	6.942	904	2.559	40,6	-63,1

Fonte: MTb . Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 18
Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado, segundo os Subsetores de Atividade
Estado de Minas Gerais
1986-1997

Subsetores de Atividade	1986		1990		1995		1997		1990/1986 (%)		1995/1990 (%)		1997/1995 (%)		Em porcentagem 1997/1986 (%)	
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	13,3	4,7	46,9	11,0	11,7	4,3	85,8	21,2
Extrativa Mineral	0,6	1,9	0,6	1,7	0,6	1,3	0,5	1,1	18,1	(7,2)	27,0	(17,7)	1,4	(6,9)	52,1	(28,8)
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	1,3	1,9	1,3	1,7	0,9	1,3	0,9	1,3	13,5	(6,5)	(3,4)	(12,2)	14,7	4,6	25,8	(14,2)
Indústria Metalúrgica	1,4	5,5	1,4	4,9	1,1	3,8	1,1	3,5	12,1	(7,1)	19,3	(13,6)	11,9	(4,0)	49,7	(22,9)
Indústria Mecânica	0,3	1,0	0,4	0,8	0,2	0,5	0,2	0,5	48,1	(13,8)	(31,7)	(30,1)	5,5	4,9	6,8	(36,8)
Indústria Material Elétrico e de Comunicação	0,1	0,5	0,2	0,5	0,1	0,6	0,1	0,6	85,5	19,9	(12,4)	35,9	4,7	(5,4)	70,1	54,1
Indústria do Material de Transporte	0,1	0,9	0,1	1,0	0,2	1,3	0,2	1,7	14,2	11,8	163,2	49,5	(0,2)	35,5	200,0	126,6
Indústria da Madeira e do Mobiliário	1,6	1,0	1,6	0,9	1,1	0,9	1,1	1,1	11,7	(4,4)	(2,3)	12,3	15,4	22,5	25,8	31,5
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6	0,8	0,6	0,8	36,8	9,8	18,0	21,1	16,5	4,4	88,1	38,8
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Sim., e Ind. Diversas	0,9	1,3	1,0	1,1	0,5	0,8	0,5	0,7	17,6	(11,2)	(18,5)	(20,2)	(4,6)	(0,6)	(8,6)	(29,6)
Indústria Química de Prod. Farm., Veter, Perf., Sabão	0,4	1,0	0,5	0,9	0,5	1,1	0,5	1,3	31,2	0,5	56,2	28,3	14,5	24,2	134,5	60,1
Ind. Têxtil do Vest. e Artefatos de Tecidos	2,6	4,2	3,2	3,8	2,4	3,1	2,2	3,0	37,1	(3,9)	9,2	(9,8)	2,3	(1,1)	53,3	(14,3)
Indústria de Calçados	0,8	1,0	0,7	0,8	0,4	0,7	0,4	0,5	1,2	(15,8)	(5,2)	(1,0)	3,1	(23,5)	(1,1)	(36,3)
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	2,4	3,0	2,5	3,1	2,4	3,9	2,5	3,8	14,9	10,3	41,7	38,8	15,3	0,4	87,6	53,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,3	1,3	0,4	1,5	0,3	1,6	0,3	1,5	65,7	13,4	(0,1)	22,2	1,7	(5,0)	68,3	31,6
Construção Civil	1,4	7,1	6,2	5,4	7,3	6,3	6,8	6,5	413,2	(20,4)	73,9	29,5	4,1	6,4	828,7	9,8
Comércio Varejista	29,2	10,5	29,5	10,6	28,4	11,5	29,2	12,7	14,2	5,8	41,8	20,2	14,5	15,6	85,4	46,9
Comércio Atacadista	3,7	2,3	3,4	2,5	3,3	2,6	3,0	2,4	2,8	11,8	44,1	18,1	0,2	(4,2)	48,4	26,4
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	1,6	3,5	1,2	2,8	1,3	2,3	1,2	1,9	(20,7)	(15,9)	59,8	(10,8)	7,9	(12,3)	36,6	(34,3)
Com. Adm. Imov., Val. Mov., Serviços Técnicos Prof. etc.	7,0	8,5	9,4	7,9	7,2	6,0	8,0	6,3	52,8	(2,6)	12,5	(16,0)	24,4	10,1	113,8	(10,0)
Transportes e Comunicações	3,3	5,6	2,3	5,2	3,2	5,9	3,2	5,6	(18,3)	(3,4)	101,8	26,6	10,5	(1,4)	82,3	20,7
Serviços Aloj., Alim., Rep. Manut. Red, Radio, TV	12,6	10,9	11,7	10,7	8,5	7,0	9,3	7,8	5,0	2,5	7,3	(26,8)	21,0	16,2	36,2	(12,9)
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	1,0	1,2	2,2	1,6	4,2	3,9	4,9	4,3	160,2	46,8	178,4	167,4	28,9	13,3	834,0	344,9
Ensino	0,7	0,6	0,5	0,6	1,1	3,0	1,2	2,8	(10,8)	(7,5)	191,1	511,4	27,8	(4,5)	231,6	440,3
Administração Pública Direta e Autarquia	24,7	22,6	6,8	20,8	0,6	21,0	0,6	20,5	(69,0)	(3,3)	(87,1)	11,5	20,0	2,2	(95,2)	10,2
Agricultura, Silvicultura, Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	0,8	1,6	3,7	2,7	21,4	7,6	21,3	7,6	428,6	78,5	743,3	212,6	11,5	3,9	4871,0	479,6
Outros	0,4	0,3	8,5	5,6	2,2	0,9	0,3	0,1	2132,5	1678,3	-61,4	-82,1	-83,7	-88,4	40,6	-63,1

Fonte: MTb - Ministério do Trabalho

Tabela 19
Estabelecimentos e Empregados por Sexo, segundo os Setores de Atividade
Estado de Minas Gerais
1997

	Estabelecimentos	Empregados			Homens/ Mulheres
		Total	Homens (%)	Mulheres (%)	
Total	277.408	2.541.557	64,2	35,8	1,8
Extração Mineral	1.408	29.049	94,0	6,0	15,7
Indústria de Transformação	28.472	478.401	75,3	24,7	3,1
Serviços Industriais Utilidade Pública	712	36.992	83,7	16,3	5,1
Construção Civil	18.881	164.166	93,4	6,6	14,1
Comércio	89.116	385.522	65,2	34,8	1,9
Serviços	76.946	730.203	57,4	42,6	1,3
Administração Pública	1.764	521.596	41,0	59,0	0,7
Agropecuária	59.205	193.069	90,1	9,9	9,1
Outros / Ignorado	904	2.559	65,0	35,0	1,9

Fonte: MTb - . Ministério do Trabalho e Emprego.

No mercado de trabalho formal do Estado, predomina a mão-de-obra masculina (64,2%). Esta expressiva participação de homens pode ser observada de forma ainda mais intensa nos seguintes setores: Extração Mineral (94,0%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (93,4%) e Agropecuária (90,1%). A participação de mulheres é superior a à de homens somente na Administração Pública (59,0%) (Tabela 19).

Na distribuição regional do emprego formal, verifica-se uma grande concentração na Região Metropolitana (43,8%). A segunda região mais importante na estrutura do emprego é a Sul-Sudoeste, com 16,2% dos empregados. A Região Metropolitana é a mais importante em praticamente todos os setores de atividade econômica, respondendo por mais de 20% dos empregados em todos os setores, exceto nas indústrias têxtil e de calçados e na agricultura. Na região do Vale do Rio Doce, destacam-se, em número de empregados no setor, a indústria metalúrgica (23,2%) e a extrativa mineral (17,9%). No Sul-Sudoeste, sobressaem a indústria de calçados (48,6%), a de material elétrico e telecomunicações (38,8%), a indústria têxtil (30,5%), a indústria química (29%), entre outras (Tabela 20).

Considerando-se as mesorregiões, também observa-se a grande concentração de ocupados na Região Metropolitana, que participa com mais de 40% dos

ocupados em todos os grandes setores (Tabela 21). Uma análise dos municípios que a compõem indica uma concentração dentro da própria região: Belo Horizonte responde por 77,3% dos ocupados da área metropolitana e Betim, por 5,8%. No interior de Minas Gerais, onde estão 56,1% de toda a força de trabalho empregada do Estado, os municípios que se destacam são: Juiz de Fora, com 6,3% do total dos empregados do interior; Uberlândia (6,2%) e Uberaba (3,17%). (Tabela 22, Mapa 3).

Tabela 20

Distribuição de Estabelecimentos e de Pessoal Ocupado por Regiões Seleccionadas, segundo Ramos de Atividade
Estado de Minas Gerais
1997

Em percentagem

Ramos de Atividade	RM de BH		Vale do Rio Doce		Triângulo Mineiro		Sul-Sudoeste		Sudeste		Centro-Norte		Total	
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O
Total	24,9	43,8	7,8	7,1	13,7	10,2	23,6	16,2	16,7	12,6	13,3	10,2	100,0	100,0
Extrativa Mineral	17,2	24,6	6,8	17,9	5,5	5,2	33,8	15,7	16,2	20,0	20,5	16,5	100,0	100,0
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	19,1	30,9	6,7	5,8	12,0	14,9	28,6	21,8	12,5	9,1	21,2	17,4	100,0	100,0
Indústria Metalúrgica	33,4	31,5	8,3	23,2	10,2	3,2	23,0	15,6	14,6	12,6	10,6	13,9	100,0	100,0
Indústria Mecânica	49,9	58,5	4,1	1,8	8,9	8,0	20,1	17,6	11,2	11,5	5,8	2,6	100,0	100,0
Indústria Material Elétrico de Comunicação	49,2	51,3	4,0	2,8	7,4	3,0	27,9	38,8	6,9	1,1	4,5	3,0	100,0	100,0
Indústria do Material de Transporte	37,7	76,9	7,3	0,9	17,4	1,6	16,4	13,4	12,0	2,7	9,3	4,4	100,0	100,0
Indústria da Madeira e do Mobiliário	21,4	23,7	7,0	8,1	9,7	9,5	23,4	15,4	27,1	35,0	11,4	8,3	100,0	100,0
Indústria do Papel, Papelão, Editoração e Gráfica	39,4	48,3	6,4	10,6	11,7	7,5	18,4	11,2	14,6	18,4	9,5	4,1	100,0	100,0
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Sim., Ind. Diversas	39,4	28,3	7,6	6,1	9,3	22,3	16,7	21,9	15,6	14,5	11,5	7,0	100,0	100,0
Indústria Química de Prod. Farm., Veter., Perf., Sabão	39,1	41,7	4,5	1,7	12,0	9,6	22,0	29,0	14,1	9,6	8,4	8,4	100,0	100,0
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	22,9	18,1	4,2	3,4	7,0	4,8	35,3	30,5	23,9	25,7	6,6	17,3	100,0	100,0
Indústria de Calçados	12,7	19,5	3,7	1,5	14,4	15,0	58,3	48,6	6,8	11,2	4,1	4,2	100,0	100,0
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	23,4	26,7	8,0	6,5	12,3	18,1	25,8	21,6	18,6	14,4	11,9	12,7	100,0	100,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	10,5	56,2	12,2	4,5	12,4	10,4	23,5	10,5	15,9	12,1	25,6	6,3	100,0	100,0
Construção Civil	25,2	54,0	6,6	7,7	12,1	9,2	31,4	11,2	16,4	12,5	8,4	5,4	100,0	100,0
Comércio Varejista	27,0	35,2	9,3	8,9	12,5	12,9	20,4	16,3	17,8	15,7	13,0	11,1	100,0	100,0
Comércio Atacadista	38,9	41,1	6,7	5,1	13,2	19,5	18,6	16,3	13,7	11,5	9,0	6,5	100,0	100,0
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	32,4	52,9	8,0	5,4	13,9	10,7	18,6	12,6	14,9	10,7	12,3	7,7	100,0	100,0
Com. Adm. Imóv., Val. Mov. ,Serviços Téc. Prof. etc.	48,7	60,7	6,3	8,5	10,2	9,2	12,3	7,0	14,2	7,9	8,4	6,7	100,0	100,0
Transportes e Comunicações	25,7	50,6	9,8	7,3	13,0	9,5	20,1	10,8	16,2	14,0	15,1	7,7	100,0	100,0
Serviços Aloj., Alim., Rep. Manut. Red., Radio, TV	34,8	54,2	8,1	5,8	10,9	9,8	18,8	13,1	17,1	11,0	10,2	6,2	100,0	100,0
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	33,4	46,7	7,8	7,0	12,3	7,7	19,2	14,6	17,3	14,9	9,9	9,0	100,0	100,0
Ensino	38,3	48,2	7,5	6,4	12,4	10,2	16,4	16,8	16,0	10,5	9,5	8,0	100,0	100,0
Administração Pública Direta e Autarquia	10,7	56,4	11,7	5,7	10,8	6,6	24,3	10,7	20,0	10,0	22,6	10,6	100,0	100,0
Agricultura, Silvíc., Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	3,1	5,4	7,0	4,9	21,0	19,0	32,6	38,4	15,9	11,9	20,3	20,5	100,0	100,0
Outros	33,6	31,5	5,6	5,5	9,0	5,2	18,1	13,5	20,0	23,3	13,6	21,0	100,0	100,0

Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego- MTb.

Tabela 21
 Distribuição de Estabelecimentos e de Pessoal Ocupado por Setor de Atividade, segundo as Mesorregiões
 Estado de Minas Gerais
 1997

Mesorregiões	Em porcentagem																			
	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros / Ignorado		Total	
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mesorregião 1 Noroeste de Minas	1,4	3,7	0,8	0,5	2,5	0,6	0,5	0,3	1,2	0,9	1,0	0,7	1,9	1,0	3,3	3,4	1,1	0,8	1,5	1,0
Mesorregião 2 Norte de Minas	2,7	1,5	2,6	3,8	7,6	2,0	2,3	2,3	3,9	3,2	3,1	2,5	5,6	3,2	4,3	5,9	5,2	2,8	3,5	3,2
Mesorregião 3 Jequitinhonha	3,3	4,0	0,8	0,4	4,8	0,8	0,5	0,1	1,3	0,8	1,0	0,6	3,7	1,8	1,9	2,2	1,5	1,1	1,2	1,0
Mesorregião 4 Vale do Mucuri	0,9	0,3	0,8	0,5	2,8	0,6	1,1	0,7	1,3	1,4	1,1	0,7	1,4	0,9	2,7	1,9	1,7	5,6	1,5	0,9
Mesorregião 5 Triângulo Mineiro / Alto do Parnaíba	5,5	5,2	10,5	9,3	12,4	10,4	12,1	9,2	12,5	13,9	11,4	9,4	10,8	6,6	21,0	19,0	9,0	5,2	13,7	10,2
Mesorregião 6 Central Mineira	4,2	1,4	2,3	1,7	4,1	0,8	1,9	0,6	2,1	1,5	1,6	1,0	3,4	1,4	4,9	3,8	1,7	2,6	2,6	1,5
Mesorregião 7 Metropolitana de Belo Horizonte	33,2	60,3	33,0	41,9	18,4	59,8	30,4	58,7	35,4	42,5	44,2	58,3	19,0	61,0	9,6	10,7	40,3	42,0	31,6	49,8
Mesorregião 8 Vale do Rio Doce	3,8	2,2	5,0	6,8	10,4	3,1	5,0	6,3	7,0	6,6	5,8	5,1	8,8	4,3	5,2	3,5	4,0	4,3	5,9	5,4
Mesorregião 9 Oeste de Minas	12,7	6,6	10,3	7,1	5,5	2,1	8,1	3,0	5,2	4,5	4,2	2,8	6,1	2,6	6,8	5,3	4,2	4,1	6,0	4,1
Mesorregião 10 Sul / Sudoeste de Minas	18,7	8,2	16,4	14,2	17,6	8,1	21,4	7,1	14,0	11,1	12,1	8,4	16,8	7,7	24,1	31,2	13,4	9,2	16,4	11,4
Mesorregião 11 Campo das Vertentes	5,0	2,4	3,1	2,6	2,0	1,0	4,8	2,2	3,1	2,5	2,7	2,0	4,0	2,0	3,8	3,4	2,3	1,1	3,2	2,3
Mesorregião 12 Zona da Mata	8,5	4,1	14,3	11,1	12,1	10,7	12,0	9,3	13,0	11,0	11,9	8,4	14,9	6,7	12,5	9,6	15,4	20,8	12,6	9,1
Ignorado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7	0,8	0,1	0,0	0,3	0,4	0,1	0,2

Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego – MTb.

Tabela 22
Distribuição de Estabelecimentos e de Pessoal Ocupado, por Setor de Atividade, segundo Municípios Seleccionados
Estado de Minas Gerais
1997

Municípios	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros/ Ignorado		Total	
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O
RMBH	17,2	24,6	27,0	34,4	10,5	56,2	25,2	54,0	28,1	36,1	37,6	53,2	10,7	56,4	3,1	5,4	33,6	31,5	24,9	43,8
Belo Horizonte	42,1	18,1	67,1	37,4	61,3	90,9	75,3	85,4	73,6	73,8	83,7	84,5	59,6	90,7	31,7	55,3	72,4	66,4	75,9	77,3
Betim	3,7	1,3	4,8	23,5	1,3	0,7	3,4	2,1	3,5	3,9	2,6	2,4	5,3	2,9	6,1	3,4	8,6	9,5	3,3	5,8
Brumadinho	4,5	7,0	0,4	0,2	2,7	0,6	0,5	0,1	0,4	0,3	0,3	0,2	2,7	0,2	4,1	2,1	0,3	0,0	0,5	0,3
Caeté	0,8	0,3	0,6	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	0,6	0,3	0,4	0,2	2,7	0,2	4,0	2,6	0,0	0,0	0,6	0,3
Confins (1)
Contagem	3,3	1,2	15,8	24,5	6,7	4,4	7,2	7,2	11,5	15,0	6,5	7,0	4,3	2,0	3,3	5,6	7,9	9,5	9,3	9,2
Esmeraldas	7,4	1,2	0,3	0,2	0,0	0,0	0,6	0,3	0,5	0,3	0,3	0,3	2,1	0,2	16,8	7,9	0,0	0,0	0,9	0,3
Florestal	0,0	0,0	0,1	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	5,1	2,5	0,0	0,0	0,2	0,0
Ibirité	2,5	3,7	0,8	0,6	2,7	0,3	1,1	0,3	1,0	0,7	0,5	0,4	3,7	0,5	1,5	1,6	2,0	2,7	0,8	0,5
Igarapé	1,7	1,0	0,8	1,4	1,3	0,1	0,3	0,1	0,4	0,2	0,3	0,1	1,1	0,0	3,6	5,1	0,3	0,0	0,5	0,3
Juatuba	0,4	0,0	0,2	0,6	1,3	0,5	0,1	0,0	0,2	0,3	0,1	0,1	1,1	0,1	1,2	0,8	0,0	0,0	0,2	0,2
Lagoa Santa	0,8	0,3	0,8	0,5	2,7	0,2	1,1	0,5	0,7	0,6	0,5	0,4	1,6	0,2	3,3	1,2	0,3	0,1	0,8	0,4
Mário Campos (1)
Mateus Leme	1,7	0,8	0,5	1,2	1,3	0,1	0,3	0,0	0,3	0,1	0,2	0,1	0,5	0,2	5,9	2,6	0,0	0,0	0,5	0,3
Nova Lima	6,6	55,1	0,8	0,4	2,7	0,7	2,8	1,0	1,3	0,9	1,1	1,0	1,1	0,5	0,4	0,1	1,0	0,7	1,2	1,1
Pedro Leopoldo	12,8	4,7	1,3	1,3	4,0	0,2	1,3	0,4	1,2	0,7	0,9	0,8	0,5	0,3	5,2	4,1	1,3	3,6	1,2	0,7
Raposos	0,0	0,0	0,1	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	1,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Ribeirão das Neves	1,2	0,9	1,2	1,3	2,7	0,4	2,2	0,6	1,4	0,7	0,4	0,6	2,1	0,4	1,3	0,8	0,7	0,4	1,0	0,7
Rio Acima	0,4	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,5	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
Rio Manso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,6	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Sabará	3,3	3,3	1,3	1,2	1,3	0,2	0,9	0,4	0,8	0,6	0,6	0,5	2,7	0,4	1,0	0,3	1,6	0,7	0,8	0,6
Santa Luzia	2,1	0,2	2,1	3,1	4,0	0,4	1,3	0,8	1,5	1,0	0,8	0,8	1,6	0,5	2,9	1,2	2,3	3,3	1,3	1,1
São José de Bicas (1)
São José da Lapa	3,3	0,4	0,2	0,5	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,5	0,1	0,5	2,0	0,3	0,2	0,2	0,1
Sarzedo (1)
Vespasiano	1,2	0,0	0,7	1,8	1,3	0,3	0,8	0,5	0,7	0,3	0,7	0,5	4,3	0,4	1,0	0,3	1,0	2,6	0,7	0,6

(continua)

Municípios	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros / Ignorado		Total	
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O
Interior	82,8	75,4	73,0	65,6	89,5	43,8	74,8	46,0	71,9	63,9	62,4	46,8	89,3	43,6	96,9	94,6	66,4	68,5	75,1	56,2
Juiz de Fora	1,2	0,5	6,2	6,0	0,6	11,4	4,7	10,9	6,5	7,0	8,6	10,0	2,0	3,7	0,7	0,8	11,0	18,9	5,2	6,4
Uberlândia	1,4	0,6	4,0	4,4	1,9	5,8	5,1	7,9	5,3	8,9	6,6	8,6	1,0	4,4	1,5	3,4	4,7	3,0	4,4	6,2
Uberaba	1,3	0,8	3,0	3,1	1,1	3,9	3,7	4,3	3,2	3,8	3,6	3,9	1,6	2,0	2,5	2,2	2,3	1,9	3,1	3,2
Ipatinga	0,2	0,3	1,3	4,9	1,3	3,3	1,6	7,8	2,3	2,6	2,2	3,2	0,6	1,6	0,1	0,1	0,5	0,5	1,5	3,0
Montes Claros	0,9	0,9	1,6	3,3	0,3	1,7	2,0	4,0	2,7	3,1	2,5	3,1	1,0	2,2	1,0	1,1	4,3	2,1	2,0	2,7
Governador Valadares	1,3	0,8	2,0	1,8	0,5	0,2	1,9	1,8	2,7	3,5	2,9	3,2	1,1	1,6	0,8	0,5	1,5	1,1	2,1	2,2
Divinópolis	1,8	0,4	4,9	3,1	0,5	1,5	3,0	2,2	2,3	2,8	2,2	2,4	0,6	1,2	0,7	0,6	1,7	2,3	2,1	2,1
Sete Lagoas	1,8	1,4	1,7	3,2	1,1	2,2	1,4	1,4	1,9	2,2	1,8	2,1	0,2	0,9	0,4	0,5	2,2	1,7	1,4	1,9
Poços de Caldas	1,0	1,8	1,3	2,1	0,5	3,7	2,4	1,9	1,7	2,3	2,2	2,2	0,4	1,4	0,4	0,7	1,7	1,9	1,4	1,9
Varginha	0,9	0,5	1,2	1,6	0,3	1,1	2,5	1,9	1,7	1,7	1,8	2,4	0,4	0,8	0,6	0,9	3,3	3,0	1,4	1,6
Pouso Alegre	1,2	0,4	1,2	1,8	0,8	0,8	2,4	1,7	1,6	1,6	1,5	1,6	0,6	1,1	0,4	0,3	1,0	0,5	1,2	1,4
Patos de Minas	0,4	0,6	1,3	0,9	0,3	0,6	1,7	1,3	1,5	1,7	1,5	1,5	0,4	0,8	1,1	1,2	0,8	0,5	1,4	1,2
Barbacena	0,3	0,1	1,0	1,1	0,0	0,0	1,5	1,3	1,2	1,3	1,5	1,4	0,4	1,3	0,4	0,3	0,8	0,3	1,0	1,1
Itabira	0,3	13,7	0,7	0,4	0,3	1,6	0,9	1,1	1,0	0,9	1,1	1,1	0,4	1,1	0,5	0,2	0,5	0,2	0,8	1,0
Itajubá	0,7	0,2	0,8	1,7	0,6	1,2	1,7	1,2	1,0	1,0	1,2	1,2	0,4	0,4	0,2	0,1	2,5	1,5	0,9	1,0
Passos	0,6	0,1	1,2	1,2	0,5	1,9	1,7	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,3	0,6	0,8	1,2	0,7	0,2	1,0	1,0
Timóteo	0,4	0,5	0,6	1,8	0,2	0,3	0,7	1,3	0,6	0,7	0,8	1,0	0,1	0,7	0,1	0,2	0,7	0,1	0,5	1,0
Ubá	0,4	0,5	2,1	2,0	0,2	0,5	1,4	1,2	1,0	0,9	0,9	0,8	0,2	0,4	0,3	0,1	0,7	0,4	0,9	0,9
Itaúna	1,5	0,4	1,0	1,7	0,0	0,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,9	1,0	0,4	0,5	0,5	0,2	0,5	0,2	0,8	0,9
Lavras	0,4	0,1	0,8	0,8	0,2	0,6	2,3	1,8	1,1	1,0	1,1	1,2	0,7	0,4	0,7	0,6	0,5	0,2	1,0	0,9
Teófilo Otoni	1,0	0,3	0,8	0,3	0,8	1,0	1,2	1,3	1,2	1,6	1,2	1,2	0,4	0,6	0,9	0,5	1,5	1,8	1,1	0,9
Pará de Minas	0,6	0,6	0,8	1,7	0,9	0,6	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,6	0,3	0,3	0,7	0,9	0,0	0,0	0,8	0,9
Araguari	0,3	0,2	0,9	0,8	0,8	0,1	0,8	0,7	0,9	1,1	1,0	1,1	1,3	0,7	1,1	0,7	1,2	1,0	1,0	0,9
Muriae	0,4	0,2	1,7	0,7	0,5	2,3	1,0	0,6	1,2	1,5	1,0	1,0	0,3	0,5	0,7	0,5	0,7	0,5	1,0	0,9
Araxá	0,9	1,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,9	1,7	0,9	1,1	1,0	1,0	0,3	0,6	0,6	0,4	0,2	0,1	0,8	0,8
Demais Municípios	78,7	72,3	57,3	48,9	85,2	52,9	51,7	37,9	53,6	45,1	49,4	42,4	84,7	70,5	82,5	81,7	54,7	56,4	61,3	54,1

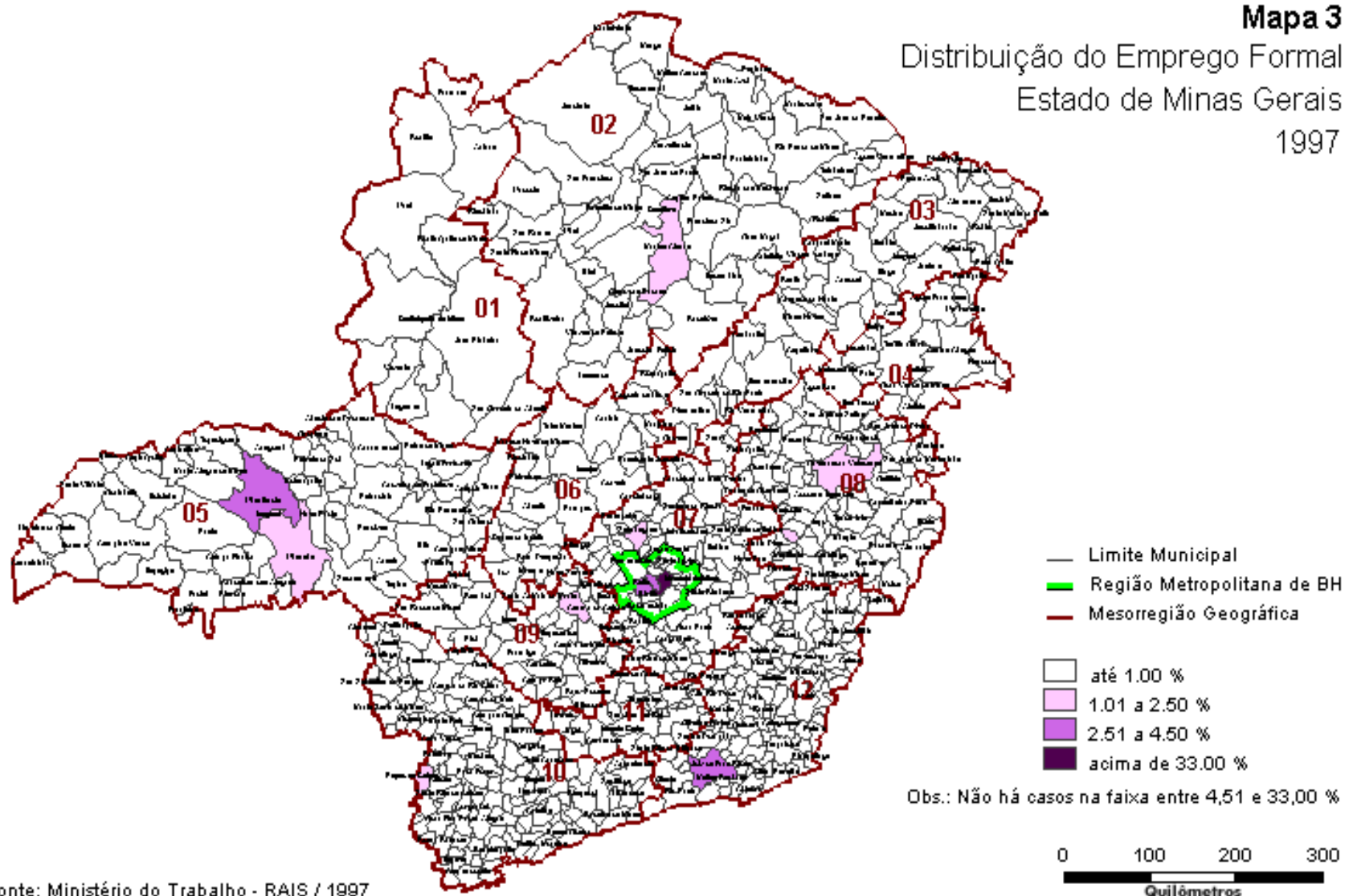
Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego – MTb.

(conclusão)

(1) Não há informação disponível, os valores referentes a estes municípios devem estar contabilizados nos municípios de origem.

Mapa 3

Distribuição do Emprego Formal
Estado de Minas Gerais
1997



Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS / 1997

População

O Estado de Minas Gerais abrigava em 1996, segundo dados do IBGE – Contagem Populacional, 11% da população brasileira, mais de 16 milhões de habitantes, distribuída em 756 municípios, sendo o terceiro estado mais populoso do país.

Embora se observe em Minas Gerais uma concentração populacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, (22,87% da população do estado em 1996 residia na Região Metropolitana de Belo Horizonte e 12,5% residia na capital), esta é de dimensões menores que aquelas existentes nos outros estados da Região Sudeste.

O Estado possui uma distribuição populacional equilibrada (Mapa 4 e Tabela 23): 35,8% da população encontra-se em 149 municípios (19,7%), de tamanho médio (faixa de 20 a 100 mil habitantes); 27,5% da população habitam em municípios pequenos, de até 20 mil habitantes, que representam 77,7% (587 municípios) do total dos municípios do Estado e o restante da população (36,7%) encontra-se nos 20 municípios com mais de 100 mil habitantes, incluindo neste grupo a cidade de Belo Horizonte, única cidade do Estado com população acima de 1 milhão. Os maiores municípios, população acima de 250 mil habitantes (Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia, Juiz de Fora e Montes Claros), estão localizados em regiões bastante distintas: centro, oeste, norte e sul.

A marca da diversidade se faz presente em todos os aspectos da vida urbana mineira, do perfil de suas cidades às suas funções urbanas. Diversidade esta que aparece sempre associada à desigualdade econômica e de condições de vida, inter e intra regiões.

Mapa 4
 População Total
 Estado de Minas Gerais
 1996

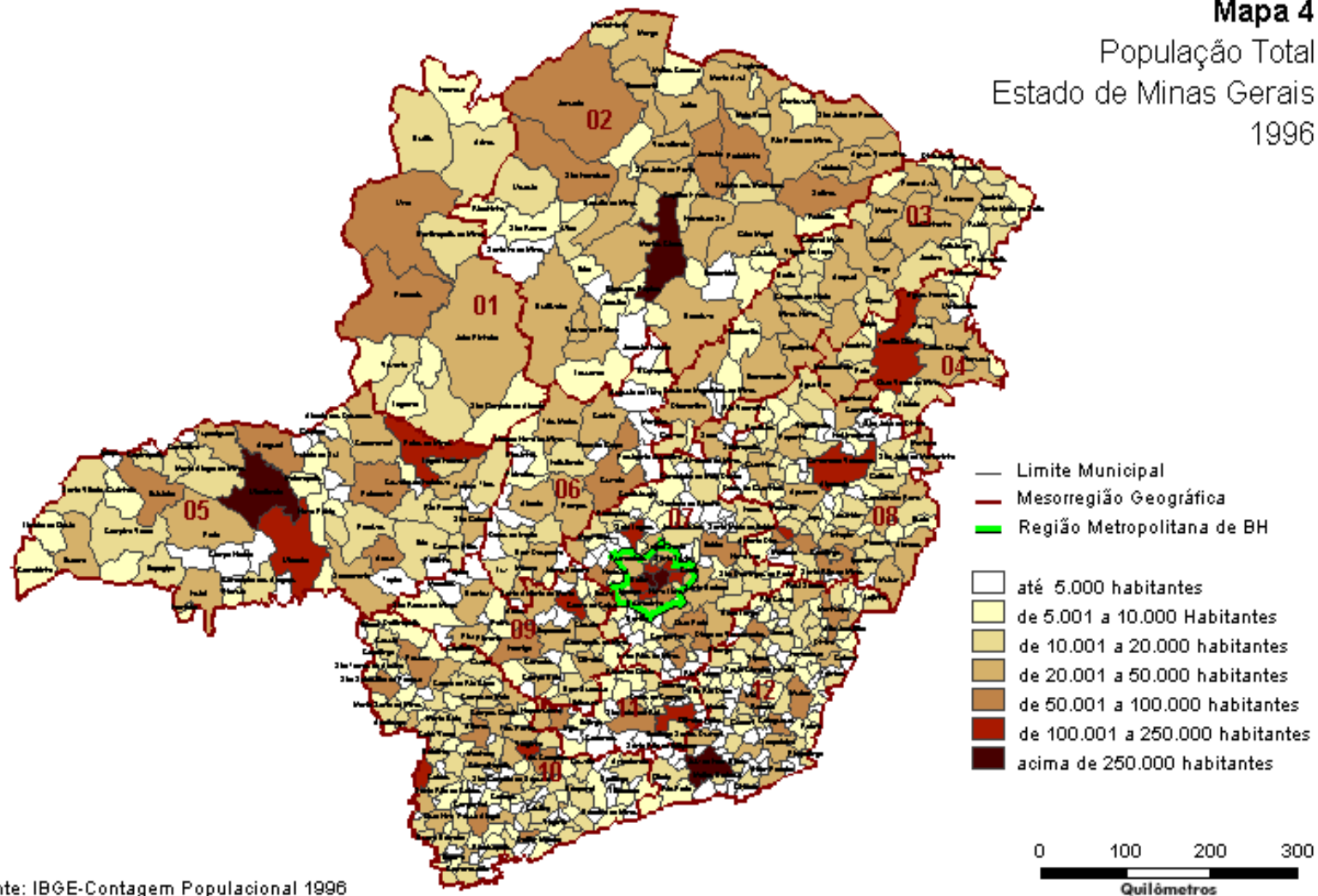


Tabela 23
 Número de Municípios e Distribuição da População Segundo Classes de Tamanho de Município
 Estado de Minas Gerais
 1980-1996

Classes de Tamanho	1980				1991				1996			
	Municípios		População Total		Municípios		População Total		Municípios		População Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total Estado de Minas Gerais	723	100,0	13.378.553	100,0	723	100,0	15.743.152	100,0	756	100,0	16.672.606	100,0
até 5 mil	208	28,8	698.370	5,2	199	27,5	668.515	4,2	207	27,4	713.007	4,3
5 a 10 mil	209	28,9	1.507.756	11,3	192	26,6	1.365.725	8,7	215	28,4	1.533.024	9,2
10 a 20 mil	166	23,0	2.367.224	17,7	174	24,1	2.497.379	15,9	165	21,8	2.333.972	14,0
20 a 50 mil	97	13,4	2.987.407	22,3	100	13,8	3.030.809	19,3	111	14,7	3.257.602	19,5
50 a 100 mil	31	4,3	2.028.210	15,2	41	5,7	2.857.763	18,2	38	5,0	2.706.854	16,2
100 a 500 mil	11	1,5	2.008.731	15,0	16	2,2	3.302.800	21,0	19	2,5	4.036.776	24,2
maior que 500 mil	1	0,1	1.780.855	13,3	1	0,1	2.020.161	12,8	1	0,1	2.091.371	12,5

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Tabela 24 apresenta a distribuição da população mineira segundo as mesorregiões e seus principais municípios, as respectivas taxas de crescimento nos períodos 1980/91 e 1991/96 e os graus de urbanização no ano de 1996. A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é a região mais importante do Estado, em termos político-administrativos econômicos e populacionais, abrigando 30,4% da população mineira. Grande parte desta população está concentrada em dois municípios, Belo Horizonte e Contagem.

A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, a mais desenvolvida economicamente no sul do Estado, possui equilíbrio em sua rede urbana, com predominância de pequenas cidades. Destacam-se os municípios de Poços de Caldas e Varginha, os quais juntos abrigam aproximadamente 10% da população desta mesorregião. A terceira mesorregião em população é a Zona da Mata, com 11,5% da população mineira e 129 municípios. Nesta região, destaca-se o município de Juiz de Fora, com quase 500 mil habitantes que centraliza a economia regional.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba abriga 10,4% da população total do Estado, distribuída em 64 municípios. A maior cidade é Uberlândia, terceira maior população do Estado. Segue-se a ela, os municípios de Uberaba e Patos de Minas, ambos com população acima de 100 mil habitantes.

O Vale do Rio Doce, que abriga 8,9% da população do Estado em 84 municípios constitui uma mesorregião marcada pelo contraste entre uma área industrializada que apresenta elevados níveis de crescimento econômico e outras praticamente estagnadas. A parte dinâmica da região é formada pelos municípios de Governador Valadares e pela Região Metropolitana do Vale do Aço, instituída através da Lei Complementar n.º 51, de 30 de dezembro de 1998, e integrada pelos Municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo. Esta mesma lei previu a existência de um Colar Metropolitano com outros 22 municípios.

Tabela 24
População Total e Taxas de Crescimento
Estado de Minas Gerais, Mesorregiões Geográficas e Principais Municípios
1980-1996

Estado, Mesorregiões e Principais Municípios	População			Taxa de Crescimento		Grau de Urbanização
	1980	1991	1996	1980/1991	1991/1996	1996
Estado de Minas Gerais	13.378.553	15.743.152	16.672.606	1,5	1,2	78,4
Mesorregião 1						
Noroeste de Minas	278.905	305.285	314.179	0,8	0,6	69,9
Unaí	67.883	69.612	73.664	1,8	0,0	69,4
Paracatu	49.010	62.774	68.047	-1,1	-1,1	83,2
João Pinheiro	45.851	49.956	49.468	1,6	1,5	75,4
Mesorregião 2						
Norte de Minas	1.127.038	1.359.049	1.387.865	1,7	0,4	61,1
Montes Claros	177.308	250.062	271.608	3,2	1,7	93,2
Januária	71.941	87.163	77.739	1,8	-2,3	47,4
Janaúba	43.028	53.104	60.731	1,9	2,8	84,2
São Francisco	61.883	72.481	55.232	1,5	-5,4	42,4
Porteirinha	46.044	53.906	51.712	1,4	-0,8	44,1
Salinas	48.809	50.849	50.139	0,4	-0,3	52,6
Mesorregião 3						
Jequitinhonha	603.948	658.238	659.142	0,8	0,0	53,8
Diamantina	35.926	44.299	43.405	1,9	-0,4	83,5
Mesorregião 4						
Vale do Mucuri	387.752	394.988	380.472	0,2	-0,8	62,7
Teófilo Otoni	128.827	140.833	136.044	0,8	-0,7	75,9
Nanuque	42.732	43.090	41.271	0,1	-0,9	90,0
Mesorregião 5						
Triângulo Mineiro/Alto						
Paranaíba	1.337.188	1.595.648	1.735.582	1,6	1,7	87,0
Uberlândia	240.961	367.061	438.981	3,9	3,7	98,1
Uberaba	199.203	211.824	237.433	0,6	2,3	96,5
Patos de Minas	86.121	102.946	112.712	1,6	1,9	88,2
Araguari	83.523	91.283	95.403	0,8	0,9	92,7
Ituiutaba	74.247	84.577	87.751	1,2	0,8	92,5
Araxá	53.404	69.911	74.206	2,5	1,2	98,1
Patrocínio	44.373	60.753	68.478	2,9	2,5	81,3
Mesorregião 6 - Central						
Mineira	312.448	348.315	365.150	1,0	1,0	81,6
Curvelo	50.770	59.015	63.467	1,4	1,5	85,1
Mesorregião 7						
Metropolitana de Belo Horizonte	3.598.259	4.620.624	5.061.255	2,3	1,9	89,7
Belo Horizonte	1.780.855	2.020.161	2.091.371	1,2	0,7	99,5
Contagem	280.477	449.588	492.214	4,4	1,9	92,2
Betim	84.183	170.934	249.451	6,7	8,0	94,8
Ribeirão das Neves	67.257	143.853	197.025	7,2	6,6	77,1
Sete Lagoas	100.628	144.014	167.340	3,3	3,1	97,6
Santa Luzia	59.892	137.825	153.914	7,9	2,3	91,9
Ibirité	39.970	92.675	126.627	8,0	6,6	97,6
Sabará	64.204	89.740	100.539	3,1	2,3	80,3
Itabira	71.115	85.606	95.205	1,7	2,2	85,0

(continua)

Estado, Mesorregiões e Principais Municípios	População			Taxa de Crescimento		Grau de Urbanização
	1980	1991	1996	1980/1991	1991/1996	1996
Conselheiro Lafaiete	72.438	89.059	94.538	1,9	1,2	93,3
Pará de Minas	44.357	61.193	68.585	3,0	2,3	90,1
João Monlevade	48.208	59.340	61.700	1,9	0,8	97,1
Ouro Preto	53.410	62.514	61.633	1,4	-0,3	79,8
Vespasiano	25.049	54.868	60.952	7,4	2,2	99,0
Nova Lima	41.223	52.400	56.960	2,2	1,7	80,0
Pedro Leopoldo	29.999	41.594	47.342	3,0	2,7	81,5
Lagoa Santa	19.508	29.824	35.026	3,9	3,3	93,0
Caeté	30.634	33.251	34.869	0,8	1,0	86,0
Esmeraldas	16.206	24.298	33.934	3,8	7,0	23,9
Igarapé	16.563	27.400	31.063	4,7	2,6	75,7
Brumadinho	17.964	19.308	24.336	0,7	4,8	58,0
Mateus Leme	18.657	27.033	20.720	3,4	-5,3	81,3
Raposos	11.810	14.242	14.630	1,7	0,5	91,4
Juatuba	-	-	12.306	-	-	63,8
São José da Lapa	-	-	12.201	-	-	63,8
Rio Acima	5.069	7.066	7.556	3,1	1,4	83,3
Florestal	4.796	5.053	5.363	0,5	1,2	65,9
Rio Manso	4.448	4.461	4.276	0,0	-0,9	59,8
Mesorregião 8						
Vale do Rio Doce	1.394.066	1.461.404	1.474.853	0,4	0,2	71,5
Governador Valadares	196.115	230.524	231.242	1,5	0,1	95,5
Ipatinga	150.322	180.069	195.793	1,7	1,7	99,3
Coronel Fabriciano	75.709	87.439	93.012	1,3	1,3	98,3
Caratinga	110.035	125.686	87.490	1,2	-7,1	73,1
Timóteo	50.607	58.298	65.501	1,3	2,4	86,4
Mesoregião 9						
Oeste de Minas	618.751	726.059	787.614	1,5	1,7	82,3
Divinópolis	117.330	151.462	171.565	2,4	2,6	95,9
Itaúna	53.432	66.395	70.919	2,0	1,3	93,6
Formiga	52.395	61.755	64.452	1,5	0,9	84,2
Mesorregião 10						
Sul/Sudoeste de Minas	1.667.727	1.961.401	2.094.039	1,5	1,3	74,9
Poços de Caldas	86.972	110.123	121.831	2,2	2,1	96,1
Varginha	64.906	88.022	100.168	2,8	2,7	92,5
Pouso Alegre	57.364	81.836	93.166	3,3	2,7	89,8
Passos	69.054	84.622	91.808	1,9	1,7	89,4
Itajubá	60.593	75.014	79.961	2,0	1,3	90,1
Três Corações	44.382	57.045	60.930	2,3	1,3	88,2
Alfenas	38.270	52.700	58.963	3,0	2,3	92,0
São Sebastião do Paraíso	39.564	49.053	53.640	2,0	1,8	88,1
Mesorregião 11						
Campo das Vertentes	413.703	464.983	490.410	1,1	1,1	76,9
Barbacena	86.388	99.954	107.810	1,3	1,6	81,9
São João del Rei	64.693	72.747	75.181	1,1	0,7	92,1
Lavras	52.715	65.893	72.947	2,1	2,1	93,4
Mesorregião 12						
Zona da Mata	1.638.768	1.847.158	1.922.045	1,1	0,8	73,8
Juiz de Fora	307.525	385.996	424.479	2,1	2,0	98,8
Muriaê	69.990	84.585	88.305	1,7	0,9	87,1
Ubá	53.311	66.511	77.159	2,0	3,1	79,3
Manhuaçu	57.727	75.259	69.242	2,4	-1,7	70,0
Cataguases	49.274	58.138	61.984	1,5	1,3	93,8
Ponte Nova	50.083	56.678	58.602	1,1	0,7	84,1
Viçosa	38.655	51.658	57.450	2,7	2,2	91,6

(conclusão)

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996. Dados preliminares.

O norte do Estado de Minas Gerais, marcado pela debilidade econômica e baixo dinamismo, caracteriza-se por municípios de grandes extensões

territoriais espalhados por uma grande área. As mesorregiões ali localizadas (Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri) possuem baixa densidade populacional, com uma clara predominância das cidades médias. Destacam-se dois municípios com população acima de 100 mil habitantes: Montes Claros (Norte de Minas), e Teófilo Otoni (Mucuri).

Outras mesorregiões de pequena expressão populacional são Oeste de Minas e Campos das Vertentes no sul do Estado, com 2,9% e 4,7% da população mineira e Central Mineira, com 30 municípios e 2,2% da população estadual, localizada próxima à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Estado de Minas Gerais teve um crescimento populacional entre 1980/96 de 1,4% a.a., inferior ao brasileiro (1,8%a.a.), tendo crescido com maior intensidade entre os anos de 1980 e 1991 (1,5% a.a.) (Tabela 24).

As mesorregiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram a Metropolitana de Belo Horizonte e a Triângulo Mineiro/Alta Paranaíba: entre 1980/91, 2,3% a.a. e 1,6% a.a., e entre 1991/96, 1,9% a.a. 1,7% a.a., respectivamente, taxas sempre superiores às médias estaduais. No primeiro caso, os municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento pertencem à Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo eles: Betim, Ribeirão da Neves, Santa Luzia, Ibitité e Esmeraldas. No caso da mesorregião Triângulo Mineiro, grande parte do crescimento deveu-se ao crescimento da população na cidade de Uberlândia, maior cidade desta região, com taxas de 3,9% a.a. e 3,7 a.a., respectivamente.

Com efeito, dos 15 municípios do Estado de Minas Gerais que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional no período 1980/96, crescimento superior a 3,6% a.a., apenas Uberlândia, Nova Serrana e Extrema não pertencem à mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, sendo nove deles da Região Metropolitana de Belo Horizonte aprovada por lei.

Outras duas mesorregiões que cresceram nos períodos estudados a taxas iguais ou superiores às taxas médias estaduais foram o Oeste de Minas e o Sul /Sudoeste de Minas, nesta última destacando-se os municípios localizados na região de influência da rodovia Fernão Dias.

As mesorregiões no norte do Estado apresentaram baixas taxas de crescimento populacional, em especial entre os anos de 1991/96, sendo a mesorregião Vale do Mucuri a única a apresentar taxas negativas de crescimento no Estado. A exceção ocorreu com a mesorregião Norte de Minas, que apresentou crescimento superior à média estadual no período de 1980/91, 1,7% a.a.. A grande responsável foi Montes Claros, principal cidade do norte do Estado, que centraliza a atividade econômica de região e cresceu a uma taxa de 3,2% a.a.. No período seguinte, 1991/96, percebe-se uma desaceleração na taxa de crescimento nesta mesorregião, 0,4% a.a., muito embora a cidade de Montes Claros tenha mantido uma taxa de crescimento acima da média do Estado, 1,7% a.a.. Os investimentos no norte têm ocorrido principalmente na região de Montes Claros, devido à suas vantagens comparativas com o restante da região (Mapa 5).

Deve-se destacar também o baixo crescimento na mesorregião Vale do Rio Doce, 0,4% e 0,2% nos períodos 1908/91 e 1991/96, respectivamente. Apesar de englobar cidades de médio porte, o grande *boom* de crescimento desta região aconteceu nas décadas de 40 e 50, quando da instalação da indústria siderúrgica. Entretanto, as cidades de Ipatinga e Timóteo (pertencentes ao Vale do Aço) ainda apresentam taxas de crescimento acima da média estadual.

O Estado de Minas Gerais apresenta, em 1996, grau de urbanização semelhante ao brasileiro: 78,4% da população mineira habita áreas urbanas, enquanto em 1980 esse percentual era de 67%. As regiões mais urbanizadas estão localizadas no centro-oeste mineiro com a região da capital possuindo maior percentual de população habitando áreas urbanas (cerca de 90%) (Tabela 24). No norte mineiro, onde as mesorregiões apresentam graus de urbanização muito inferiores à média estadual, verifica-se que apenas os municípios com maior importância econômica apresentam graus de urbanização acima da média estadual.

Os dados da Tabela 25 apresentam a distribuição da população mineira por gênero, indicando um ligeiro predomínio da população feminina no Estado, 50,5%. A concentração da população feminina é mais forte nos centros urbanos. Desta forma, a Mesorregião metropolitana de Belo Horizonte sobressai com 51,4% de sua população composta por mulheres e, mais

especificamente, Belo Horizonte, que possui o maior grau de urbanização do Estado também apresenta a maior porcentagem de mulheres (52,7%). Por outro lado, nos municípios com graus de urbanização menores, a população masculina predomina. As mesorregiões Noroeste de Minas, Norte de Minas e Jequitinhonha foram as que apresentaram menor predominância de mulheres e também as que apresentam as menores taxas de urbanização.

Tabela 25

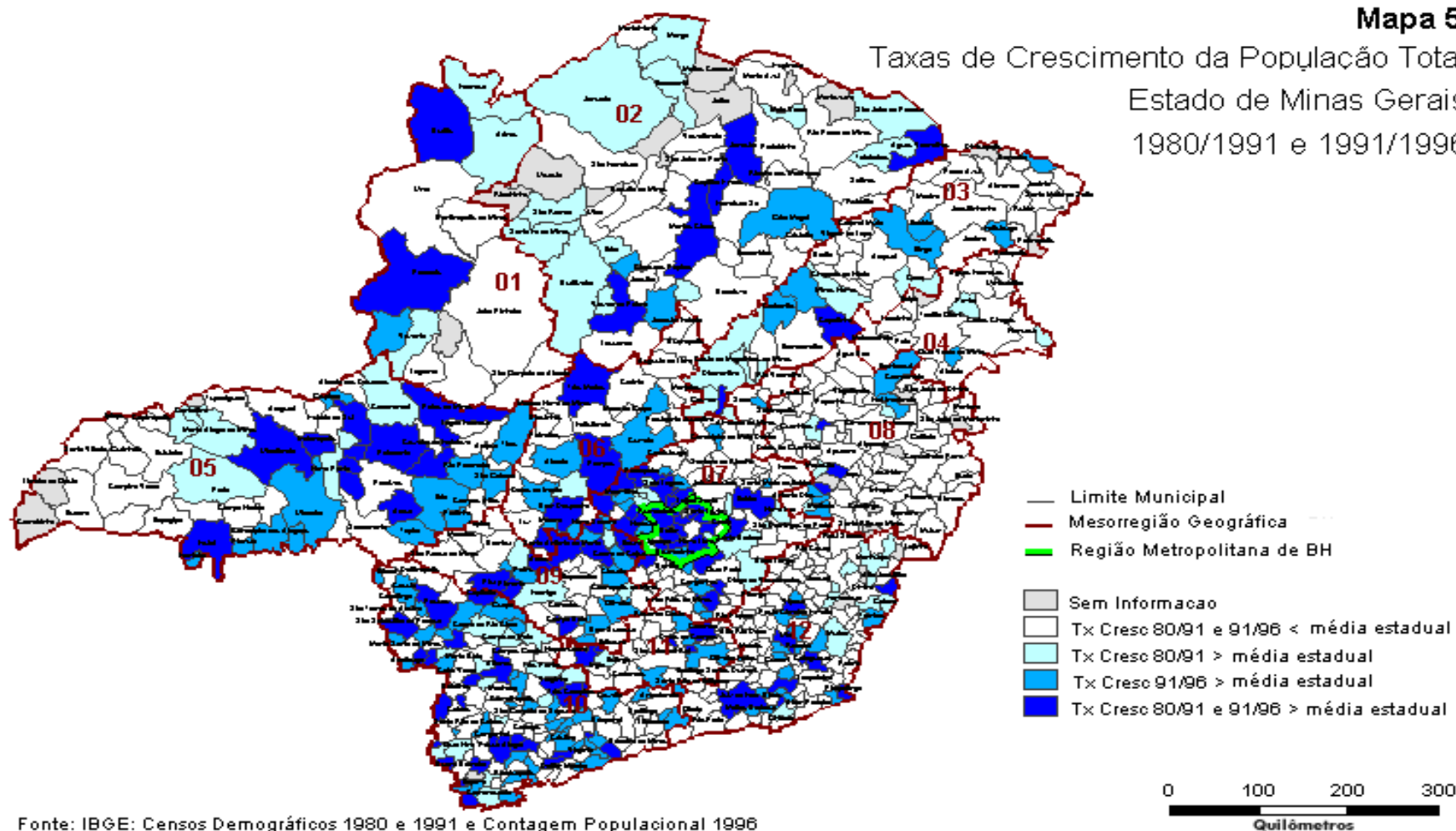
Distribuição da População nas Mesorregiões, por Gênero, segundo Mesorregiões Estado de Minas Gerais 1996

Estado e Municípios	Em porcentagem		
	Homens	Mulheres	Total
Total	49,5	50,5	100,0
Mesorregião 1 - Noroeste de Minas	51,5	48,5	100,0
Mesorregião 2 - Norte de Minas	50,1	49,9	100,0
Mesorregião 3 - Jequitinhonha	50,0	50,0	100,0
Mesorregião 4 - Vale do Mucuri	49,3	50,7	100,0
Mesorregião 5 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	50,0	50,0	100,0
Mesorregião 6 - Central Mineira	49,9	50,1	100,0
Mesorregião 7 - Metropolitana de BH	48,6	51,4	100,0
Mesorregião 8 - Vale do Rio Doce	49,4	50,6	100,0
Mesorregião 9 - Oeste de Minas	50,0	50,0	100,0
Mesorregião 10 - Sul/Sudoeste de Minas	50,5	49,5	100,0
Mesorregião 11 - Campo das Vertentes	49,6	50,4	100,0
Mesorregião 12 - Zona da Mata	49,5	50,5	100,0

Fonte: Fundação IBGE – Contagem da População 1996; Fundação Seade.

Mapa 5

Taxas de Crescimento da População Total
Estado de Minas Gerais
1980/1991 e 1991/1996



Perfil Educacional

A análise da situação educacional do Estado de Minas Gerais fundamenta-se nos indicadores de instrução da população (taxa de analfabetismo para 1991), de escolarização (taxa líquida de escolarização para 1991 e 1998) e de acesso ao sistema e permanência na escola (matrículas por nível de ensino e dependência administrativa em 1998 e variações das matrículas por nível de ensino, entre 1991 e 1998, e dos concluintes entre 1990 e 1997).

Para dimensionar as dificuldades de acesso ao sistema e de permanência da criança e do adolescente na escola, foram utilizados dados sobre a população analfabeta e a taxa de analfabetismo do grupo de idade de 11 a 14 anos, em 1991. Segundo a Unesco, é neste grupo que devem ser mensurados o contingente de analfabetos e o nível de analfabetismo entre crianças e adolescentes que já deveriam estar freqüentando a 5ª série do ensino fundamental, sendo capazes de realizar operações numéricas simples.

O contingente de analfabetos e a taxa de analfabetismo entre os jovens – população-alvo da educação profissional – podem ser visualizados através dos indicadores desagregados por grupos de idade de 15 a 19, 20 a 24 e 15 a 24 anos, disponíveis para Estados e Regiões nos anos de 1991 e 1995. Com relação aos Estados da Região Norte (exceto Tocantins), estas informações limitam-se apenas à população urbana, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD não investiga as características da população rural residente.

Em Minas Gerais, em 1991, as taxas de analfabetismo da população de 11 a 14 anos (9,1%), de 15 a 19 anos (7,4%) e de 15 a 24 anos (7,6%) situavam-se acima das encontradas para a Região Sudeste e abaixo daquelas observadas para o Brasil (16% para as pessoas de 11 a 14 anos e 12,1% para os outros dois grupos de idade).

Em 1995, as taxas de analfabetismo da população mineira de 15 a 19 anos (3,8%), 15 a 24 anos (3,9%) e de 15 anos e mais (14,1%) também eram pouco maiores do que as registradas pela Região Sudeste (2,1%, 2,4% e 9,3%, respectivamente) e menores que as taxas nacionais (6,8%, 7,2% e 15,6%) para estes grupos etários, ressaltando-se que, para o segmento de 15 anos e mais,

as taxas do Estado e do Brasil encontravam-se quase 6 pontos percentuais acima das observadas para a Região Sudeste.

Portanto, entre 1991 e 1995, o Estado de Minas Gerais e o Brasil, que apresentavam taxas de analfabetismo mais altas, registraram queda mais acentuada, ao contrário da Região Sudeste, que, por encontrar-se em situação bem melhor em relação ao conjunto do país, para todos os grupos etários, apresentou pequena variação negativa nas suas taxas.

Neste período, no Brasil, as taxas de analfabetismo das mulheres de 15 a 19, 15 a 24 e 15 anos e mais diminuíram 5 pontos percentuais em cada um dos grupos de idade, sendo que as reduções mais significativas ocorreram para a população rural, que já apresentava elevado analfabetismo. O mesmo movimento deu-se em Minas Gerais, com queda acentuada do analfabetismo da população rural. Por sua vez, a Região Sudeste, que em 1991 já possuía taxas menores de analfabetismo, registrou em 1995 quedas menores para esses segmentos.

Tabela 26

População Total, População Não Alfabetizada e Taxa de Analfabetismo, por Situação do Domicílio e Sexo, segundo Grupos de Idade
Brasil, Região Sudeste e Estado de Minas Gerais
1991-1995

Grupos de Idade	População Total					População Não Alfabetizada					Taxa de Analfabetismo				
	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
1991															
Brasil															
11 a 14 Anos	13.440.733	9.768.687	3.672.046	2.160.720	872.862	1.287.858	16,1	8,9	35,1
15 a 19 Anos	15.017.472	11.157.641	3.859.831	7.460.490	7.556.982	1.810.236	756.558	1.053.678	1.127.382	682.854	12,1	6,8	27,3	15,1	9,0
20 a 24 Anos	13.564.878	10.485.477	3.079.401	6.712.435	6.852.443	1.652.047	766.266	885.781	935.263	716.784	12,2	7,3	28,8	13,9	10,5
15 a 24 Anos	28.582.350	21.643.118	6.939.232	14.172.925	14.409.425	3.462.283	1.522.824	1.939.459	2.062.645	1.399.638	12,1	7,0	28,0	14,6	9,7
15 Anos e Mais	95.837.043	74.443.693	21.393.350	46.683.696	49.153.347	19.233.239	10.561.449	8.671.790	9.266.587	9.966.652	20,1	14,2	40,5	19,8	20,3
Região Sudeste															
11 a 14 Anos	5.239.076	4.512.084	726.992	281.194	176.146	105.048	5,4	3,9	14,5
15 a 19 Anos	5.968.244	5.176.845	791.399	2.966.449	3.001.795	276.245	175.263	100.982	168.847	107.398	4,6	3,4	12,8	5,7	3,6
20 a 24 Anos	5.816.529	5.145.516	671.013	2.903.716	2.912.813	320.097	217.024	103.073	179.713	140.384	5,5	4,2	15,4	6,2	4,8
15 a 24 Anos	11.784.773	10.322.361	1.462.412	5.870.165	5.914.608	596.342	392.287	204.055	348.560	247.782	5,1	3,8	14,0	5,9	4,2
15 Anos e Mais	43.155.672	38.394.514	4.761.162	20.966.451	22.189.225	5.312.159	3.917.146	1.395.013	2.297.945	3.014.194	12,3	10,2	29,3	11,0	13,6
Minas Gerais															
11 a 14 Anos	1.437.879	1.046.838	391.041	130.213	56.900	73.313	9,1	5,4	18,8
15 a 19 Anos	1.598.802	1.174.254	424.548	799.816	798.986	117.539	50.359	67.180	74.513	43.026	7,4	4,3	15,8	9,3	5,4
20 a 24 Anos	1.461.154	1.112.373	348.781	729.225	731.929	115.173	50.878	64.295	65.672	49.501	7,9	4,6	18,4	9,0	6,8
15 a 24 Anos	3.059.956	2.286.627	773.329	1.529.041	1.530.915	232.712	101.237	131.475	140.185	92.527	7,6	4,4	17,0	9,2	6,0
15 Anos e Mais	10.407.610	7.939.299	2.468.311	5.096.886	5.310.724	1.892.719	1.055.094	837.625	877.199	1.015.520	18,2	13,3	33,9	17,2	19,1
1995															
Brasil															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	15.778.383	12.410.258	3.368.125	7.988.596	7.789.787	1.077.149	502.520	574.629	745.401	331.748	6,8	4,0	17,1	9,3	4,3
20 a 24 Anos	13.005.748	10.518.256	2.487.492	6.435.482	6.570.266	981.078	486.302	494.776	611.664	369.414	7,5	4,6	19,9	9,5	5,6
15 a 24 Anos	28.784.131	22.928.514	5.855.617	14.424.078	14.360.053	2.058.227	988.822	1.069.405	1.357.065	701.162	7,2	4,3	18,3	9,4	4,9
15 Anos e Mais	103.326.410	83.258.120	20.068.290	49.778.637	53.547.773	16.087.456	9.521.317	6.566.139	7.693.168	8.394.288	15,6	11,4	32,7	15,5	15,7
Região Sudeste															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	6.560.247	5.744.183	816.064	3.324.426	3.235.821	137.555	81.221	56.334	89.313	48.242	2,1	1,4	6,9	2,7	1,5
20 a 24 Anos	5.651.732	5.030.943	620.789	2.824.381	2.827.351	156.287	106.384	49.903	94.055	62.232	2,8	2,1	8,0	3,3	2,2
15 a 24 Anos	12.211.979	10.775.126	1.436.853	6.148.807	6.063.172	293.842	187.605	106.237	183.368	110.474	2,4	1,7	7,4	3,0	1,8
15 Anos e Mais	47.194.707	42.108.739	5.085.968	22.669.365	24.525.342	4.385.863	3.265.088	1.120.775	1.790.068	2.595.795	9,3	7,8	22,0	7,9	10,6
Minas Gerais															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	1.696.986	1.301.388	395.598	874.726	822.260	63.784	29.189	34.595	44.409	19.375	3,8	2,2	8,7	5,1	2,4
20 a 24 Anos	1.402.475	1.078.380	324.095	683.434	719.041	57.402	26.863	30.539	34.195	23.207	4,1	2,5	9,4	5,0	3,2
15 a 24 Anos	3.099.461	2.379.768	719.693	1.558.160	1.541.301	121.186	56.052	65.134	78.604	42.582	3,9	2,4	9,1	5,0	2,8
15 Anos e Mais	11.286.186	8.714.862	2.571.324	5.492.848	5.793.338	1.592.692	907.808	684.884	726.933	865.759	14,1	10,4	26,6	13,2	14,9

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep: Fundação Seade.

(...) Dado não disponível.

A taxa líquida de escolarização – relação entre o número de alunos na faixa etária adequada matriculados em determinado nível de ensino e a população nesta mesma faixa etária –, em Minas Gerais, em 1991, foi de 34,3% para a pré-escola, de 92,5% para o ensino fundamental e de 16,3% para o ensino médio. Estas taxas, excetuada aquela referente ao ensino fundamental, encontravam-se no mesmo patamar das nacionais e abaixo daquelas observadas para a Região Sudeste. Esses mesmos dados para 1998 indicam que o Estado acompanhou o movimento de elevação das taxas nacionais do ensino fundamental e do médio, dando um salto em sua escolarização. No ensino médio, no entanto, apesar de crescerem 13 pontos percentuais, as taxas de Minas (29,2%) e do Brasil (30,8%) ficaram muito abaixo daquelas registradas na Região Sudeste (42,5%) e muito aquém do ideal.

Tabela 27
Taxas Líquidas de Escolarização, por Nível de Ensino
Brasil, Região Sudeste e Estado de Minas Gerais
1991-1998

Regiões	Em porcentagem					
	Educação Pré-Escolar		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	1991	1998	1991	1998	1991	1998
Brasil	34,7	...	86,1	95,3	17,7	30,8
Região Sudeste	38,0	...	94,9	97,4	24,3	42,5
Minas Gerais	34,3	...	92,5	97,4	16,3	29,2

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Nota: As faixas etárias utilizadas para o cálculo da taxa líquida de escolarização do ensino médio foram 15 a 19 anos, em 1991, e 15 a 17 anos, em 1998.

(...) Dado não disponível.

A distribuição das matrículas, em Minas Gerais, por nível de ensino e dependência administrativa, indica que a rede federal, em 1998, participava com menos de 1% da pré-escola e do ensino fundamental e com 2,1% do ensino médio.

A rede estadual respondia por 2,8% dos alunos da pré-escola, por 56,0% do ensino fundamental e por 75,9% do ensino médio, enquanto a rede particular participava com 21,9%, 5,1% e 15%, respectivamente, e a rede municipal com 75,3%, 38,8% e 6,9% das matrículas daqueles três níveis de ensino. O Estado de Minas, com o objetivo de reverter o fracasso escolar, iniciou, em 1991, uma reforma educacional baseada nos princípios da descentralização/descontração, englobando os aspectos políticos, administrativos, financeiros e pedagógicos da rede estadual de ensino, conferindo autonomia às suas escolas no que se refere ao gerenciamento do seu quadro de pessoal, aos seus recursos físicos e

à condução de sua proposta pedagógica. Para tanto, várias medidas foram tomadas, destacando-se¹⁴:

- alteração da estrutura da Secretaria de Educação, com redefinição dos papéis das áreas administrativa, financeira e pedagógica, dotando as Delegacias de Ensino e demais instâncias intermediárias de instrumentos que as tornaram capazes de exercer a função de assessoria direta às escolas, organizando e viabilizando o atendimento às suas demandas;

- seleção competitiva de diretores, com mandato de três anos, que combinava critérios inovadores: aprovação no teste de conhecimentos e eleição com ampla participação da comunidade escolar (professores, especialistas, funcionários administrativos, servidores, alunos com 16 anos e mais e responsáveis por alunos menores de 16 anos);

- estabelecimento de novas regras de funcionamento dos Conselhos Escolares (Colegiados), objetivando fortalecer sua atuação na área pedagógica, financeira e administrativa;

- transferência, para as unidades escolares, de atividades relativas ao registro de benefícios da vida funcional (biênios, quinquênios, férias, contagem de tempo de serviço etc.);

- descentralização de recursos financeiros vinculados e não-vinculados, efetivada através do estabelecimento de critérios de equidade social – destinar mais recursos às escolas que têm menos e precisam mais – e do repasse de recurso direto às escolas por meio da Caixa Escolar que, dando condições para que a mesma decidisse onde e como gastá-los (plano de aplicação aprovado pelo Colegiado, compras mediante nota fiscal, etc.), reduziu o clientelismo, criou competências e estimulou o fortalecimento da relação escola-comunidade;

- descentralização pedagógica através da elaboração, pelas unidades escolares, do Plano de Desenvolvimento que, regionalizado, dava origem ao Planejamento Estratégico Plurianual e, na seqüência, ao orçamento anual da Secretaria;

¹⁴ Cf. COSTA, V.L.C.; MAIA, E.M. e MANDEL, L.M. *Gestão educacional e descentralização – novos padrões*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Cortez, 1997.

- criação de programa de avaliação externa de desempenho dos alunos do ensino fundamental e do médio para, através dos dados obtidos, subsidiar o planejamento escolar e o Plano de Desenvolvimento Escolar.

Entre 1991 e 1998, as matrículas na pré-escola registraram aumento no Estado (11,1%) e na Região Sudeste (13,9%) e queda no Brasil (6,9%). Ao se analisar a variação das matrículas no período 1996-98, verifica-se decréscimo de 3,3% no Estado e de 14% no Brasil, o que leva a acreditar que, além da diminuição do ritmo de crescimento da faixa etária demandatária desse nível de ensino, a implantação, em 1998, do Fundef, que modifica o financiamento da educação ao vincular constitucionalmente recursos ao ensino fundamental que poderiam estar sendo destinados à pré-escola, alterou significativamente o atendimento a esse nível de ensino. Esse fenômeno, porém, ocorreu com menor intensidade na Região Sudeste, que não registrou diminuição de suas matrículas, embora apresentasse crescimento de apenas 1,6%.

O aumento de 21,8% no total de matrículas do ensino fundamental, entre 1991 e 1998, percentual semelhante ao encontrado para o Brasil, e de 145,0% no número de concluintes, entre 1990 e 1997, percentual 34,4% e 42,5% superior aos valores registrados, respectivamente, para a Região Sudeste e para o país, apontam o sucesso do Estado na implementação, neste período, de políticas de acesso e de combate ao fracasso escolar, uma vez que, em 1991, era elevada (9,1%) a taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos.

Cabe ressaltar que as parcerias propostas pela Secretaria Estadual de Educação, através de repasse de recursos aos municípios – baseado no cálculo de um valor per capita, resultante da divisão dos 25% dos recursos constitucionalmente vinculados à educação pelo número de alunos matriculados no ensino fundamental –, vêm incentivando a transferência das matrículas da rede estadual para a municipal: entre 1991 e 1998, a rede municipal cresceu 140,8% e a estadual decresceu 6,9%.

Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, teve continuidade, no Estado, esse processo de municipalização do ensino fundamental, com

acréscimo de 77,0% nas matrículas da rede municipal e decréscimo de 15,2% na estadual, entre 1996 e 1998.

Para o ensino médio, verificou-se, no período 1991-98, aumento de 103,9% no número de matrículas no Estado de Minas Gerais, percentual bem superior àqueles registrados na Região Sudeste e no Brasil. O total de concluintes, por sua vez, cresceu 168,6%, entre 1990 e 1997, valor 52,0% e 66,7% acima daqueles observados, respectivamente, na Região Sudeste e no Brasil.

Porém, as matrículas nos cursos presenciais da educação de jovens e adultos, entre 1997 e 1998, sofreram redução de 56,6%, no total, e de 68,7%, na rede pública.

O sucesso da política educacional destinada aos jovens, visualizado pelos indicadores referentes ao ensino médio regular, no Estado, mostra-se insuficiente para atender satisfatoriamente a este segmento populacional, uma vez que, mesmo não sendo registrados, em 1995, elevados índices de analfabetismo jovem (3,9%), constatou-se, em 1998, baixa taxa de escolarização (29,2%) no ensino médio.

Tabela 28

Matrículas e Variação, segundo Níveis de Ensino e Dependência Administrativa
Brasil, Região Sudeste e Estado de Minas Gerais
1991-1998

Níveis de Ensino	Dependência Administrativa	1991		1996		1998		Variação (%)	
		Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	91/98	96/98
Brasil									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	5.283.894	100,0	5.714.303	100,0	4.917.408	100,0	-6,9	-14,0
	Federal	17.240	0,3	6.254	0,1	2.585	0,1	-85,0	-58,7
	Estadual	1.209.937	22,9	997.723	17,5	461.663	9,4	-61,8	-53,7
	Municipal	2.742.849	51,9	3.446.725	60,3	3.209.918	65,3	17,0	-6,9
Ensino Fundamental	Total	1.313.868	24,9	1.263.601	22,1	1.243.242	25,3	-5,4	-1,6
	Federal	95.536	0,3	33.564	0,1	29.181	0,1	-69,5	-13,1
	Estadual	16.716.816	57,2	18.468.772	55,7	17.266.355	48,2	3,3	-6,5
	Municipal	8.773.360	30,0	10.921.037	33,0	15.113.669	42,2	72,3	38,4
Ensino Médio	Total	3.618.012	12,4	3.707.897	11,2	3.383.349	9,5	-6,5	-8,8
	Federal	103.092	2,7	113.091	2,0	122.927	1,8	19,2	8,7
	Estadual	2.472.757	65,6	4.137.324	72,1	5.301.475	76,1	114,4	28,1
	Municipal	176.769	4,7	312.143	5,4	317.488	4,6	79,6	1,7
	Particular	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
Região Sudeste									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	1.741.941	100,0	1.953.404	100,0	1.984.408	100,0	13,9	1,6
	Federal	762	0,0	716	0,0	881	0,0	15,6	23,0
	Estadual	427.753	24,6	198.826	10,2	52.250	2,6	-87,8	-73,7
	Municipal	839.316	48,2	1.368.433	70,1	1.484.140	74,8	76,8	8,5
Ensino Fundamental	Total	474.110	27,2	385.429	19,7	447.137	22,5	-5,7	16,0
	Federal	12.740	0,1	13.616	0,1	13.801	0,1	8,3	1,4
	Estadual	8.141.672	68,0	8.637.822	66,7	7.603.871	57,4	-6,6	-12,0
	Municipal	2.203.319	18,4	2.803.312	21,6	4.106.815	31,0	86,4	46,5
Ensino Médio	Total	1.607.749	13,4	1.503.924	11,6	1.525.327	11,5	-5,1	1,4
	Federal	28.578	1,5	30.595	1,1	41.649	1,2	45,7	36,1
	Estadual	1.226.768	64,8	2.058.008	73,1	2.605.917	77,0	112,4	26,6
	Municipal	68.665	3,6	126.701	4,5	111.803	3,3	62,8	-11,8
	Particular	570.282	30,1	599.722	21,3	626.290	18,5	9,8	4,4
Minas Gerais									
Pré-Escola (1)	Total	378.495	100,0	435.041	100,0	420.490	100,0	11,1	-3,3
	Federal	222	0,1	219	0,1	171	0,0	-23,0	-21,9
	Estadual	229.991	60,8	86.159	19,8	11.722	2,8	-94,9	-86,4
	Municipal	69.414	18,3	256.180	58,9	316.569	75,3	356,1	23,6
Ensino Fundamental	Total	78.868	20,8	92.483	21,3	92.028	21,9	16,7	-0,5
	Federal	2.352	0,1	2.655	0,1	2.251	0,1	-4,3	-15,2
	Estadual	2.322.427	73,3	2.550.269	70,7	2.161.575	56,0	-6,9	-15,2
	Municipal	621.212	19,6	845.239	23,4	1.495.983	38,8	140,8	77,0
Ensino Médio	Total	221.854	7,0	210.922	5,8	197.744	5,1	-10,9	-6,2
	Federal	5.669	1,6	11.010	1,9	15.426	2,1	172,1	40,1
	Estadual	216.089	60,5	394.617	68,4	553.172	75,9	156,0	40,2
	Municipal	26.640	7,5	61.382	10,6	50.373	6,9	89,1	-17,9
	Particular	108.868	30,5	110.070	19,1	109.480	15,0	0,6	-0,5

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

(1) Não existem Classes de Alfabetização no Estado.

Tabela 29
Concluintes e Variação, por Nível de Ensino
Brasil, Região Sudeste e Estado de Minas Gerais
1990-1997

Regiões	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	1990	1997	Variação 90/97 (%)	1990	1997	Variação 90/97 (%)
Brasil	1.062.707	2.151.835	102,5	658.725	1.330.150	101,9
Região Sudeste	517.187	1.089.407	110,6	322.337	698.082	116,6
Minas Gerais	108.260	265.224	145,0	52.899	142.063	168,6

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 30
Matrículas nos Cursos Presenciais de Jovens e Adultos,
com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa
Estado de Minas Gerais
1997-1998

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1995	213.191	285	141.973	38.814	32.119
1997	221.173	197	138.771	49.790	32.415
1998	95.974	291	37.068	21.750	36.865
Variação 95/98	-55,0	2,1	-73,9	-44,0	14,8
Variação 97/98	-56,6	47,7	-73,3	-56,3	13,7

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

O desempenho do sistema de ensino, captado pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental, no período 1995-97, demonstra avanço nos índices de aprovação do Estado, da Região Sudeste e do Brasil, sendo que as taxas de Minas Gerais encontram-se no mesmo patamar daquelas da Região Sudeste e acima das nacionais. Ressalte-se a queda ocorrida nas taxas de reprovação em Minas Gerais e na Região Sudeste, que atingiram, no Estado, 4,1% da 1ª à 4ª série e 6% da 5ª à 8ª série.

Os avanços foram observados também em relação ao desempenho do ensino médio: a Região Sudeste e o Brasil apresentaram aumento de cerca de 11% nas taxas de aprovação, entre 1995 e 1997, enquanto Minas Gerais, partindo de um patamar mais elevado em 1995, registrou crescimento de 7,8%. Quanto às taxas de reprovação e abandono, verificou-se movimento semelhante para a Região Sudeste e o Brasil: entre 1995 e 1996, houve pequena redução para a primeira e queda vertiginosa para a segunda, enquanto em 1997 ambas apresentaram redução pouco acentuada. Já o Estado registrou lenta diminuição nas taxas de reprovação e de abandono, no período, sendo que esta última, em 1995, já era inferior àquelas encontradas na Região e no país.

Tabela 31
 Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Fundamental
 Brasil, Região Sudeste e Estado de Minas Gerais
 1995-1997

Regiões	Total			1ª à 4ª Série			5ª à 8ª Série		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil									
1995	70,6	15,7	13,6	70,9	16,2	12,9	70,2	14,9	14,9
1996	73,0	14,1	12,9	73,3	14,8	11,9	72,7	13,0	14,3
1997	77,7	11,5	10,8	77,1	12,8	10,1	78,7	9,4	11,9
Região Sudeste									
1995	79,9	13,0	7,1	82,5	12,6	4,9	76,6	13,5	9,9
1996	82,9	10,2	6,9	86,4	9,4	4,2	78,7	11,1	10,1
1997	87,7	6,6	5,7	89,8	6,2	4,0	85,2	7,1	7,7
Minas Gerais									
1995	75,5	14,4	10,1	79,2	14,0	6,9	70,4	14,9	14,7
1996	80,0	10,5	9,5	84,8	8,4	6,8	73,8	13,1	13,1
1997	86,6	4,9	8,5	90,4	4,1	5,5	81,9	6,0	12,2

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.
 (1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

Tabela 32
 Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Médio
 Brasil, Região Sudeste e Estado de Minas Gerais
 1995-1997

Regiões	Em porcentagem		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil			
1995	67,7	10,3	22,0
1996	74,4	9,9	15,7
1997	78,2	7,5	14,3
Região Sudeste			
1995	71,3	9,2	19,5
1996	78,2	9,1	12,6
1997	82,5	6,3	11,3
Minas Gerais			
1995	73,7	9,7	16,6
1996	78,3	8,0	13,7
1997	81,7	6,3	12,0

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

A relação existente entre qualidade de ensino e formação dos professores aponta que, para complementar a análise do desempenho do sistema, é necessário considerar o perfil dos docentes da educação básica e sua respectiva remuneração.

Em Minas Gerais, 95% dos professores de 1ª à 4ª série, 79,3% de 5ª à 8ª série e 89,8% do ensino médio apresentavam a formação exigida para o exercício do magistério, percentuais esses superiores àqueles verificados para o país (88%, 75% e 89%) e inferiores aos registrados para a Região Sudeste (97,9%, 88,2% e 93,6%). Acrescente-se que, ao contrário da Região Sudeste, observou-se, para o Estado e o país, uma porcentagem relativamente grande (20,2% e 24,3%) de docentes leigos lecionando de 5ª à 8ª série do ensino fundamental.

Os valores do salário médio dos docentes, por grau de formação, variavam significativamente, considerando-se nesta análise apenas a formação exigida pela lei. Em 1997, em Minas Gerais, os salários dos que lecionavam da 1ª à 4ª série e tinham ensino médio completo eram maiores que os apresentados para o Brasil e menores que os da Região Sudeste, enquanto os daqueles que lecionavam da 5ª à 8ª série e possuíam superior completo eram semelhantes aos da Região Sudeste e inferiores aos do Brasil. Já os docentes do ensino médio que tinham superior completo percebiam salários superiores aos da Região Sudeste e do Brasil.

Tabela 33
Docentes e Salários, por Grau de Formação, segundo Nível de Ensino em que Lecionam
Brasil, Região Sudeste e Estado de Minas Gerais
1997

Nível de Ensino	Total			Grau de Formação						
				Fundamental Incompleto/Completo		Médio Completo		Superior Completo ou Mais		Não Informado
	N ^{os} Absolutos	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)
Brasil										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	204.644	100,0	419,5	14,9	134,1	59,1	349,9	25,6	715,7	0,4
1ª à 4ª Série	616.956	100,0	425,6	12,2	147,4	62,0	363,4	25,5	687,6	0,4
5ª à 8ª Série	434.991	100,0	605,4	0,4	247,0	23,9	329,6	75,3	693,8	0,4
Ensino Médio	238.589	100,0	700,2	0,1	284,1	10,3	345,8	89,1	739,6	0,6
Sudeste										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	76.017	100,0	587,00	0,8	293,13	57,1	463,63	41,7	761,01	0,4
1ª à 4ª Série	211.851	100,0	613,97	1,7	235,76	57,9	511,91	40,0	776,94	0,4
5ª à 8ª Série	193.783	100,0	738,57	0,1	455,06	11,2	420,08	88,2	777,81	0,5
Ensino Médio	120.848	100,0	772,09	0,0	382,94	5,7	445,26	93,6	789,93	0,7
Minas Gerais										
Pré-Escola (1)	18.980	100,0	429,48	1,9	229,19	67,2	359,69	30,5	592,96	0,4
1ª à 4ª Série	71.067	100,0	493,53	4,6	205,52	63,7	417,02	31,3	690,20	0,5
5ª à 8ª Série	50.090	100,0	706,45	0,2	377,52	20,0	411,19	79,3	779,61	0,6
Ensino Médio	24.086	100,0	786,22	0,0	220,85	9,5	386,64	89,8	825,60	0,7

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

(1) Não existem Classes de Alfabetização no Estado.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

A análise das informações sobre Minas Gerais permite vislumbrar que, embora alguns aspectos da reforma educacional iniciada em 1991 tenham sido modificados nestes dois últimos anos, houve tempo para que a mesma se consolidasse e apresentasse alguns resultados positivos.

O incentivo ao estabelecimento de parceria entre Estado e Município, na prestação de serviços educacionais, e a descentralização implantada na rede estadual, em que a escola foi construindo sua autonomia financeira, administrativa e pedagógica, pilares da política educacional implantada, foram determinantes para os bons resultados conseguidos no Estado. A melhoria na oferta de educação fundamental na rede pública de ensino, garantindo o acesso, e a queda significativa nos índices de reprovação e abandono, notadamente da 1ª à 4ª série, refletida no grande crescimento dos concluintes, o que garantiu a permanência da criança na escola, foram responsáveis, nesta década, pela elevação das taxas de escolarização desse nível de ensino.

O mesmo não ocorreu com os jovens, pois, apesar da queda verificada no analfabetismo neste grupo etário (15 a 24 anos) e do elevado crescimento das matrículas e dos concluintes do ensino médio, ainda eram altas as taxas de abandono da 5ª à 8ª série e do ensino médio. Este comportamento, aliado à drástica redução ocorrida nas matrículas nos cursos presenciais de jovens e adultos, da rede pública, demonstra o desafio a ser enfrentado pelo poder público em relação ao ensino médio, pois a sua baixa taxa de escolarização aponta para a necessidade de medidas de combate ao fracasso escolar e de ampliação da sua oferta nas modalidades regular e supletivo, tanto para atender à demanda advinda dos concluintes do ensino fundamental, quanto para trazer para a escola os jovens e adultos que, na idade apropriada, não tiveram oportunidade de ingresso e/ou permanência no sistema de ensino.

Para tanto, o Estado conta com um grande parceiro, o Pacto de Minas, movimento de mobilização pela educação, iniciado em 1994, a partir da iniciativa de pais, alunos e representantes da sociedade civil (Poder Judiciário, Conselho Tutelar e etc.), visando conscientizar os cidadãos sobre a importância da definição

da educação como prioridade e da busca de nova qualidade como tarefa de todos, requerendo a participação dos diversos segmentos sociais por meio do estabelecimento de alianças e parcerias. Difundido em mais de 200 municípios mineiros que conseguiram a adesão de seus cidadãos para a busca de soluções diferenciadas e criativas, é um importante aliado do poder público na expansão e melhoria da qualidade do ensino.